

À Reunião de Câmara.
A Presidente da Câmara Municipal;
21/06/2019

Júlia Rodrigues
Júlia Rodrigues

**A Câmara Municipal de Mirandela:
Apresentado em reunião de 21/06/2019
DELIBERAÇÃO: Ver página 1.**



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2018

1. Introdução	3
2. Perímetro de Consolidação	3
2.1. Metropolitan Ligeiro de Mirandela, E.M., S.A	4
2.2. Agro Industrial do Nordeste, E.I.M., S.A	4
3. Método de Consolidação	5
4. Demonstrações Financeiras Consolidadas	6
4.1. Balanço Consolidado	8
4.2. Demonstração de Resultados Consolidada	10
4.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada	11
5. Análise dos Mapas Consolidados	11
5.1. Balanço Consolidado	11
5.2. Demonstração de Resultados Consolidada	13
5.3. Fluxos de Caixa Consolidados	13
6. Indicadores	14
7. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	15
7.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação	15
7.2. Entidades excluídas do perímetro de consolidação	15
7.3. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada	16
7.4. Informações relativas aos procedimentos de consolidação	16
7.5. Informações sobre o financiamento de médio e longo prazo	16
7.6. Informações relativas a compromissos	16
7.7. Informações relativas a políticas contabilísticas	16
7.8. Informações relativas a determinadas rubricas	19
8. ANEXOS	24
8.1. Relatório de Gestão Anual – Metropolitan Ligeiro de Mirandela, S.A	25
8.2. Relatório de Gestão Anual – Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A.	60
8.3. Relatório de Gestão Anual – Matadouro Industrial do Cachão, S.A	91
8.4. Certificação Legal de Contas	125

1. Introdução

A crescente utilização pelos municípios de formas organizacionais de natureza empresarial, facilitando a prossecução de novas atribuições e competências, torna manifestamente insuficiente a simples prestação de contas individualizada por cada uma daquelas entidades. Os municípios assumem cada vez mais uma lógica de grupo municipal pelo que, a sua atividade deve ser integrada e articulada com as restantes entidades que detêm ou controlam.

Nesse sentido, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, introduziu a obrigatoriedade de elaboração de contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, introduzindo uma nova ferramenta de gestão que permite avaliar a verdadeira posição financeira e os resultados do grupo autárquico. Nesta conformidade a consolidação de contas constitui um instrumento de gestão para os responsáveis políticos, complementa a informação das contas individuais, evidencia a forma de financiamento do grupo e, essencialmente aumenta a transparência das contas públicas. Assim, a consolidação de contas permite uma imagem mais global, mais integrada e mais real da atividade e performance da Câmara Municipal de Mirandela (CMM).

Nos termos do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelo Órgão Executivo, submetendo-se posteriormente à apreciação do Órgão Deliberativo durante a sessão de junho do ano seguinte.

Nesta conformidade, apresentam-se os documentos de prestação de contas consolidadas num todo, compreendendo o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2018, elaboradas de acordo com os procedimentos definidos para as entidades do setor público administrativo.

2. Perímetro de Consolidação

De acordo com o n.º 3 do art.º 75.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, o grupo autárquico é constituído pelo Município de Mirandela e duas empresas municipais, designadamente o Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A. (MLM) e a Agro-industrial do Nordeste, E.I.M., S.A. (AIN). Salientamos o facto de, no reporte consolidado relativo a 2018, ser introduzida a empresa Matadouro Industrial do Cachão, S.A. (MIC), entidade detida a 100% pela AIN, provocando assim um foco de incomparabilidade face ao ano de 2017.

2.1. Metropolitano Ligeiro de Mirandela, E.M.,S.A.

O MLM iniciou a sua atividade em julho de 1995 em resultado de um projeto conjunto entre o Município de Mirandela (com participação de 90% no capital da empresa) e a CP E.P.E. – Comboios de Portugal (que detém 10% do capital). Inicialmente a sua atividade limitou-se à exploração do troço urbano Mirandela/Carvalhais, tendo-se alargado posteriormente à estação do Tua na margem do Douro, sendo a manutenção da linha responsabilidade da então Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E., atualmente Infraestruturas de Portugal, SA. (IP).

No entanto, na sequência do fatídico acidente ocorrido em agosto de 2008, a atividade da empresa, foi restringida à exploração do troço Mirandela – Cachão, e Mirandela – Carvalhais, com as inerentes consequências para a situação financeira da empresa. Verificando-se a limitação da atividade ferroviária, em 2012 esta empresa assumiu também a gestão dos transportes rodoviários no perímetro urbano da cidade, competindo-lhe apenas a gestão do serviço, sendo que os encargos associados ao funcionamento e manutenção dos equipamentos são da responsabilidade do Município à exceção das despesas com o pessoal afeto à atividade da empresa.

Durante o ano de 2018, o MLM continuou a ser responsável pelo transporte rodoviário, assim como pela prestação do serviço de transporte escolar ao Município. O MLM manteve o compromisso de garantir, via táxi, o transporte de passageiros anteriormente servidos pela linha do Tua, à semelhança dos anos anteriores. Por impossibilidade geodemografia e social, a empresa vê-se limitada em termos de aumento de receita, uma vez que não tem mercado para crescer nem pode rever em alta as tarifas, dado o tecido e componente social em que opera.

No âmbito do novo Plano de Mobilidade do Tua, esperava-se a dissolução do MLM no primeiro semestre de 2019, passando a atividade a ser desenvolvida por um operador turístico privado.

2.2. Agro Industrial do Nordeste, E.I.M., S.A.

A estrutura acionista da AIN é composta pelo Município de Mirandela e pelo Município de Vila Flor com uma participação de 49,10% cada, configurando uma situação de controlo conjunto, sendo o restante capital detido por pequenos acionistas.

Esta entidade desenvolve a sua atividade no âmbito da promoção de condições de fixação de empresas através da venda ou arrendamento de espaços no Complexo Industrial do Cachão, bem como a recuperação da sua participada Matadouro Industrial do Cachão (MIC) com o objetivo de criação de condições favoráveis à manutenção do funcionamento da atividade em causa, salientando-se que no final do exercício económico de 2018, o MIC apresentou novamente

resultados líquidos positivos o que se mostrará benéfico em face de um processo de viabilização futura do mesmo, designadamente através da transferência da atividade deste para a AIN.

Relativamente à promoção do património imobiliário, a AIN continua a deparar-se com dificuldades na venda de imóveis bem como na cobrança de rendas, com casos de incumprimento e outros de atraso no pagamento. De salientar que apenas se encontram em vigor os contratos de arrendamento com a Lanor, a Leicras e o Laboratório Regional de Trás-os-Montes. O processo de venda do antigo ATL do Cachão, iniciado em 2017, bem como o 1.º andar do lote 25, encontram-se em fase de criação de propriedade horizontal.

A atividade da AIN foi severamente afetada pelos incêndios ocorridos nos anos de 2013 e 2016, no entanto, graças aos enormes esforços das entidades envolvidas, foi possível ver aprovada a candidatura ao Fundo Ambiental e estabelecer um Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira, vendo assim finalmente satisfeita a pretensão de arranque dos trabalhos de limpeza dos Resíduos abandonados no Complexo Agro-Industrial do Cachão. A 31 de Dezembro encontrava-se já praticamente concluída a retirada de resíduos plásticos, faltando à data apenas a limpeza final e a posterior retirada dos escombros dos edifícios mais diretamente afetados pelo sinistro.

3. Método de Consolidação

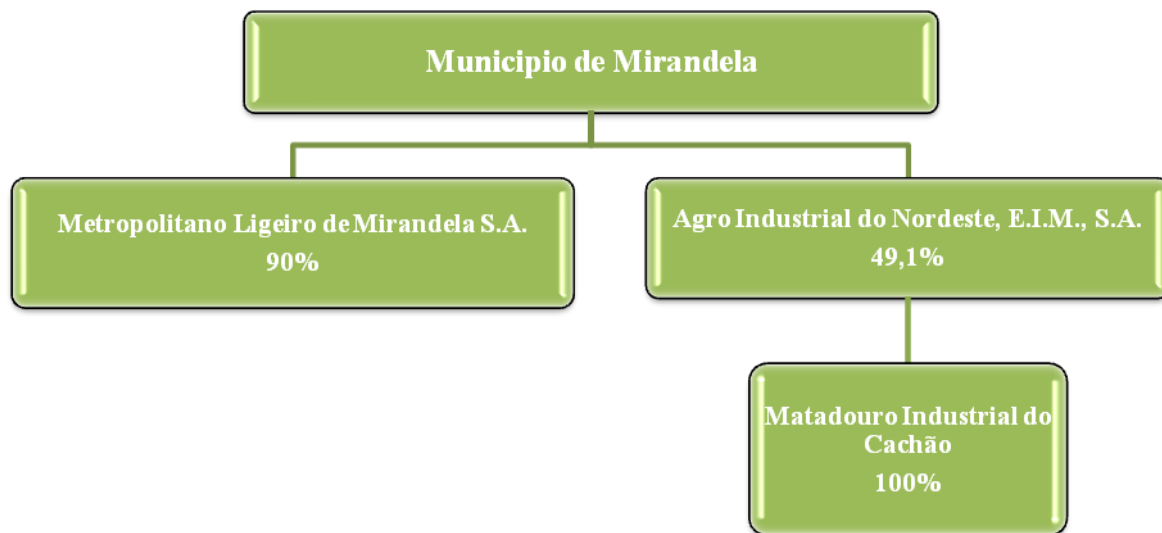
Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, são os previstos na Orientação n.º 1/2010 aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho. Nesta conformidade, os métodos adotados na presente consolidação de contas foram o método da consolidação integral e o método de consolidação proporcional.

O método da Consolidação Integral é utilizado quando a entidade consolidante detém uma participação superior a 50% na entidade controlada, aplicando-se ao MLM. Este método consiste na integração no balanço, na demonstração de resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações de resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas, evidenciando os interesses minoritários.

O método da Consolidação Proporcional é utilizado no caso da AIN, uma vez que a Câmara Municipal de Mirandela detém uma participação de 49,1%, tal como a Câmara Municipal de Vila Flor, configurando uma situação de controlo conjunto. Este método consiste na integração no balanço, na demonstração de resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações de resultados e dos

mapas de execução orçamental das entidades consolidadas, na proporção detida pela CMM, não evidenciando nas peças contabilísticas ou de gestão os interesses minoritários.

A AIN detém 100% do MIC, configurando uma situação de controlo conjunto pelas Câmaras Municipais de Mirandela e Vila Flor (via indireta). Tendo sido utilizada a técnica da consolidação em cascata, utilizou-se o método da Consolidação Integral entre a AIN e o MIC.



4. Demonstrações Financeiras Consolidadas

Com a obrigatoriedade de elaborar de contas consolidadas na Administração Pública, tornou-se necessária a publicação da Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, designada por Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo. Esta orientação define o conjunto de princípios, regras, métodos, bem como todas as normas necessárias, pois o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCAL) é omissivo relativamente a esta matéria.

Os objetivos da consolidação de contas são as contas individuais, após homogeneização, de entidades pertencentes ao mesmo grupo. Pretende-se assim, elaborar as demonstrações financeiras de um grupo, como se de uma só entidade se tratasse. Dando uma imagem fiel do património, da situação financeira, bem como dos resultados do conjunto das entidades compreendidas na consolidação, relativamente ao período em análise. Permitindo assim, uma visão completa da situação económico-financeira do grupo, contribuindo para a normalização contabilística através da uniformização de critérios e processos, constituído valioso instrumento de gestão para o conjunto das entidades compreendidas na consolidação.

Nesta conformidade, a Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, determina que as demonstrações financeiras consolidadas são constituídas pelo balanço consolidado, demonstração consolidada dos resultados, mapa de fluxos de caixa consolidado e anexo às respetivas demonstrações financeiras, bem como o relatório de gestão.

Este conjunto de mapas retrata a informação económico-financeiro do grupo autárquico à data de encerramento do exercício de 2018, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais, para a qual o estudo das contas individuais das entidades, que constituem o perímetro de consolidação, se releva insuficiente.

4.1. Balanço Consolidado

Código das Contas	ATIVO	Exercício	
		2018	2017
	Imobilizado:		
	Bens de domínio público:		
451	Terrenos e recursos naturais	75.005,75	131.513,70
452	Outras construções e infraestruturas	9.757.811,71	9.363.546,76
459	Outros bens de domínio público	1.036.975,33	1.156.122,07
445	Imobilizações em curso	17.237.734,41	14.876.338,37
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público		
		28.107.527,20	25.527.520,90
	Imobilizações incorpóreas:		
443	Imobilizações em curso	566.159,47	463.187,27
		566.159,47	463.187,27
	Imobilizações corpóreas:		
421	Terrenos e recursos naturais	4.476.765,40	4.351.281,67
422	Edifícios e outras construções	12.761.762,48	13.535.765,87
423	Equipamento básico	468.357,01	519.233,82
424	Equipamento de transporte	152.188,19	191.484,44
425	Ferramentas e utensílios	100.747,81	89.832,07
426	Equipamento administrativo	228.184,07	302.864,10
429	Outras imobilizações corpóreas	1.379.857,14	312.589,12
442	Imobilizações em curso	25.174.798,92	21.577.035,28
		44.742.661,03	40.880.086,37
	Investimentos financeiros:		
411	Partes de capital	1.749.653,84	1.749.351,58
412	Obrigações e títulos de participação		629.770,50
		2.379.424,34	2.728.991,91
	Circulante:		
	Existências:		
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	199.949,91	172.490,53
32	Mercadorias		1.069.051,94
		199.949,91	1.241.542,47
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (b)		
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:		
28	Empréstimos concedidos		
211	Clientes c/c	139.983,88	98.389,99
212	Contribuintes c/c	545.984,69	346.102,11
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	66.144,32	570.427,95
24	Estado e outros entes públicos	63.275,41	51.633,93
262 + 263 + 267 + 268 + 221	Outros devedores	352.748,78	1.086.886,98
		1.168.137,08	2.153.440,96
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:		
12 + 13 + 14	Depósitos em instituições financeiras	1.710.825,16	1.642.374,35
11	Caixa	2.257,47	2.654,72
		1.713.082,63	1.645.029,07
	Acréscimos e diferimentos:		
271	Acréscimos de proveitos	115.199,48	606.695,06
272	Custos diferidos	26.484,03	23.936,84
		141.683,51	630.631,90
	Total do Ativo	79.019.306,09	75.270.430,85

Código das contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercício	
		2018	2017
	Fundos próprios:		
51	Património	17.033.260,46	17.033.260,46
	Diferenças de Conciliação	220.436,63	276.413,30
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas		-212.904,24
56	Reservas de reavaliação	769.705,38	538.794,39
	Reservas:		
571	Reservas legais	1.535.233,89	1.455.762,75
574 a 579	Outras (subsídios e doações)	1.461.367,56	1.309.763,50
59	Resultados transitados	5.438.453,47	5.310.752,75
	Interesses Minoritários	-161.546,20	-159.228,23
	Subtotal	26.296.911,18	25.552.614,68
88	Resultado líquido do exercício	2.363.322,39	1.613.418,09
	Total dos Fundos Próprios	28.660.233,57	27.166.032,77
	Passivo		
	Provisões		
291	Provisões para riscos e encargos	2.699.861,59	2.608.077,69
		2.699.861,59	2.608.077,69
	Dívidas a terceiros — Médio e longo prazo		
23	Dívidas a instituições de crédito	8.776.091,96	10.151.599,88
	Credores Diversos	100.988,05	485.847,13
		8.877.080,01	10.637.447,01
	Dívidas a terceiros — Curto prazo:		
221	Fornecedores, c/c	5.812.567,32	5.361.926,69
228	Fornecedores — Facturas em recepção e conferência	188.895,71	148.690,24
253 + 254	Empresas participadas e participantes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	3.247.667,43	4.352.123,66
24	Estado e outros entes públicos	247.129,17	132.065,76
	Outros credores	377.343,53	265.838,03
262+263+264+265+ +267+268+211	Garantias e Cauções	1.147.713,16	824.198,59
		11.021.316,13	11.084.842,97
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1.573.181,18	1.903.978,91
274	Proveitos diferidos	26.187.633,40	21.870.051,50
		27.760.814,59	23.774.030,41
	Total do passivo	50.359.072,52	48.104.398,08
	Total dos fundos próprios e do passivo	79.019.306,09	75.270.430,85

4.2.Demonstração de Resultados Consolidada

Código das Contas	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2018		2017
CUSTOS E PERDAS				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
	Mercadorias	1.042.330,26		
	Matérias	561.023,35	1.603.353,61	2.314.778,77
62	Fornecimentos e serviços externos		6.329.243,34	6.680.085,99
641 + 642	Custos com o pessoal			
	Remunerações	5.042.937,38		
	Encargos sociais:			
643 + 644	Pensões			
645/8	Outros	1.181.686,89	6.224.624,27	5.811.892,00
662+663	Amortizações do imobiliário corpóreo e incorpóreo	2.229.590,60		
67	Provisões	850.246,01	3.079.836,61	2.606.009,14
63	Transferências e subsídios correntes concedidos	1.360.275,95		
65	Outros custos e perdas operacionais	126.362,74	1.486.638,69	1.514.605,81
	(A)		18.723.696,52	18.927.371,71
(1)	Juros e custos similares:			
	Relativos a empresa do grupo			
	Outros	306.614,35	306.614,35	234.776,41
	(C)		19.030.310,87	19.162.148,12
69	Custos e perdas extraordinários		345.295,82	360.744,82
	(E)		19.375.606,69	19.522.892,94
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		13.199,71	2.148,97
	(G)		19.388.806,40	19.525.041,91
	Interesses Minoritários		-2.442,98	125,50
88	Resultado líquido do exercício		2.363.322,39	1.613.418,09
			21.752.128,79	21.138.460,00
PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas:			
	Mercadorias	2.539,03		
	Produtos	1.781.077,49		
	Prestações de serviços	948.099,18	2.731.715,70	2.793.434,41
72	Impostos e taxas	5.268.686,01		
(2)	Variação da produção			
75	Trabalhos para a própria empresa			
73	Proveitos suplementares	1.115,00		
74	Transferências e subsídios obtidos	11.610.973,96		
76	Outros proveitos operacionais	1.454.129,68	18.334.904,65	16.646.132,08
	(B)		21.066.620,35	19.439.566,49
78	Proveitos e ganhos financeiros		7.467,10	8.473,15
	(D)		21.074.087,45	19.448.039,64
79	Proveitos e ganhos extraordinários		675.598,36	1.690.545,86
	(F)		21.749.685,81	21.138.585,50
	Resumo:			
	Resultados operacionais: (B) - (A)		2.342.923,82	512.194,78
	Resultados financeiros: (D-B) - (C-A)		-299.147,25	-226.303,26
	Resultados correntes: (D) - (C)		2.043.776,57	285.891,52
	Resultados antes de impostos: (F)- (E)		2.374.079,12	1.615.692,56
	Resultado líquido do exercício: (F) - (G)		2.363.322,39	1.613.418,09

4.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada

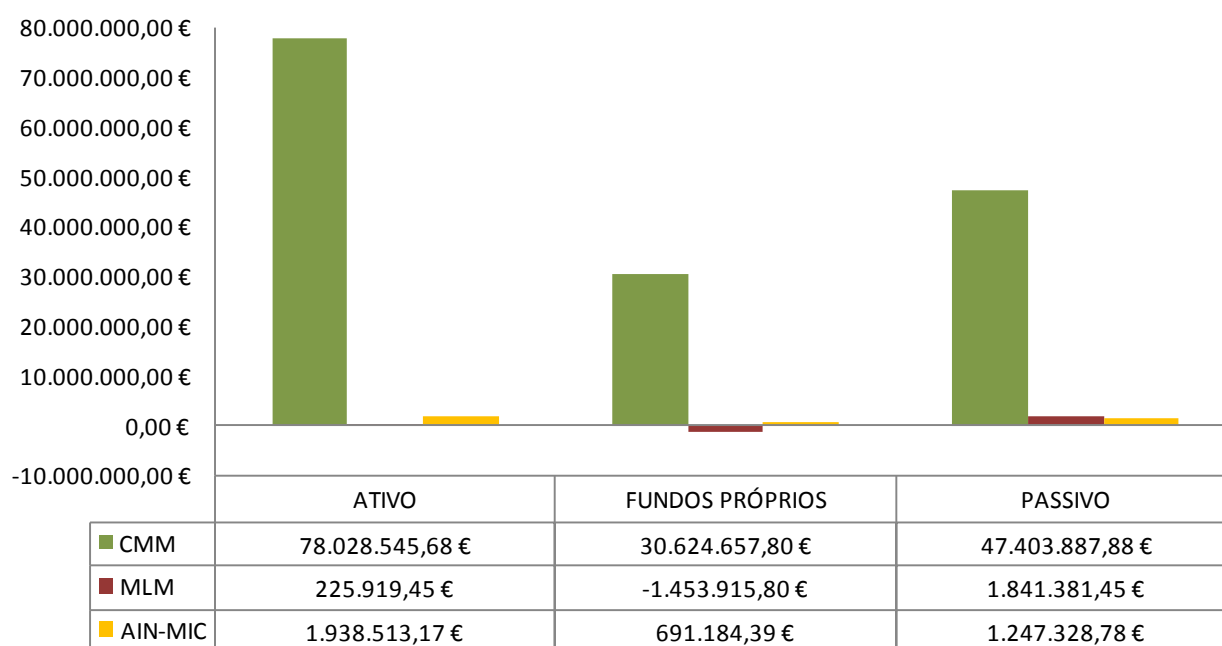
	Recebimentos			Pagamentos	
Saldo da gerência anterior		1.644.015,03	Despesas orçamentais		26.890.815,81
Execução Orçamental	692.997,99		Correntes	16.118.763,35	
Operações de Tesouraria	951.017,04		Capital	10.772.052,46	
Receitas orçamentais		26.618.131,47	Operações de Tesouraria		1.246.867,19
Correntes	20.810.758,91		Saldo para a gerência seguinte		1.695.838,94
Capital	5.773.188,96		Execução Orçamental	420.313,65	
Outras	34.183,60		Operações de Tesouraria	1.275.525,29	
Operações de Tesouraria		1.571.375,44			
		29.833.521,94			29.833.521,94

5. Análise dos Mapas Consolidados

5.1. Balanço Consolidado

O Balanço apresenta a situação económico-financeira do grupo, evidenciando os seus bens e direitos (ativo) que representam a aplicação de fundos, e por outro lado a origem desses fundos (passivo e capital próprio).

O Balanço individual do Município de Mirandela representa em termos de contas separadas mais de 97% do Balanço do total do grupo, refletindo a sua posição dominante.



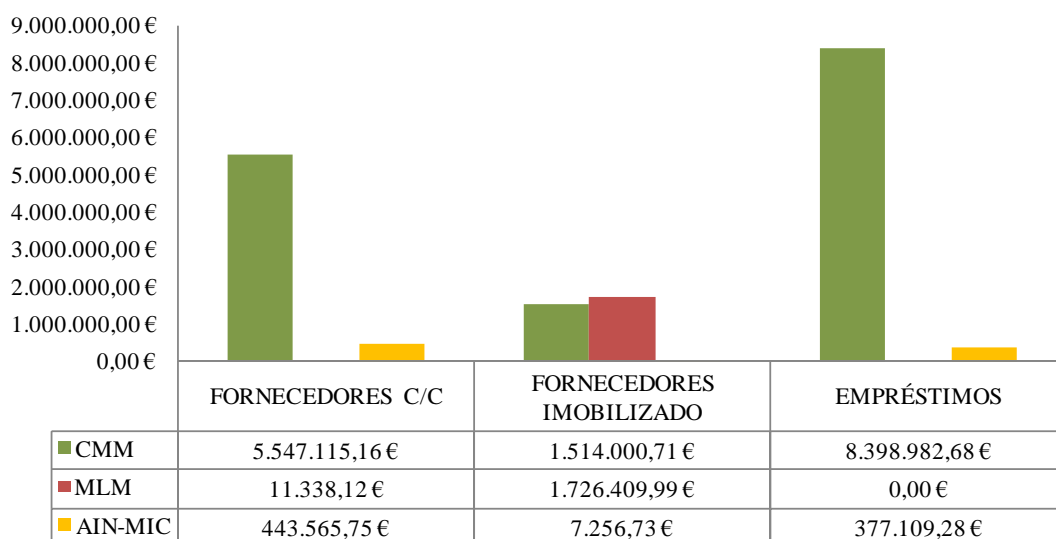
Comparativamente ao ano anterior, o ativo registou um aumento de 4,98%, com claro destaque para o aumento das Imobilizações em curso nas contas do Município.

Relativamente aos fundos próprios consolidados que representam 28.660.233,57 €, destacam-se o património (17.033.260,46 € - valor referente ao Município), bem como os resultados transitados (5.438.453,47 € - valor penalizado pelos resultados negativos acumulados nas contas das empresas participadas), que ainda assim beneficiou do resultado líquido consolidado positivo do ano 2017, com destaque positivo para o Município.

No que respeita à estrutura do passivo, salienta-se o aumento de 3,52% das provisões que no final de 2018 registavam o montante de 2.699.861,59€, correspondendo na totalidade a valores registados pelo Município. Até 2017, foram constituídas pelo município apenas provisões para os processos judiciais em curso, para os quais a probabilidade de perder a ação era elevada, existindo uma forte probabilidade de obrigação futura. Em 2018, para além situações referidas, foram ainda constituídas provisões para as situações em que existe um risco médio de condenação, nestas situações a provisão foi registada em 50% do valor do eventual encargo futuro. De referir ainda que em 2018 foram, pela primeira vez, constituídas provisões para cobranças duvidosas.

Verificou-se um aumento da Dívida a Fornecedores de Conta Corrente, correspondente a 450.640,63€, sendo que em 2017 a AIN registava o valor de 58.459,56 € e em 2018 após consolidação AIN-MIC o valor em dívida da consolidação ascendia a 443.565,75€ (49,1%).

O gráfico abaixo apresentado, retrata a composição da dívida do grupo, salientando-se que conforme referido em anos anteriores, MLM tem registada uma dívida de 1.711.479€, relativa ao fornecimento de equipamento básico no entanto, este incumprimento assenta no facto de não terem sido consumados os termos do acordo celebrado entre os acionistas, relativo à cedência de uns terrenos a desafetar do domínio público ferroviário, os quais serviriam para pagar a referida dívida.



5.2 Demonstração de Resultados Consolidada

A demonstração de resultados permite avaliar o grau de eficiência alcançado no exercício económico, revelando os custos e perdas, bem como os proveitos e ganhos.

Analisando a estrutura dos custos e perdas da demonstração de resultados consolidada, verifica-se que os custos com pessoal bem como os fornecimentos e serviços externos são os que maior peso têm na totalidade dos custos e perdas.

No que respeita aos proveitos e ganhos, destacam-se as transferências e subsídios obtidos, sendo que as transferências que o Município recebe provenientes do Orçamento do Estado, representam cerca de 95% do montante registado na demonstração de resultados consolidada.

O resultado líquido do grupo para o ano de 2018 foi de 2.363.322,39€, representando um aumento de cerca de 46% face ao exercício de 2017, que por sua vez tinha sido significativamente inferior ao de 2016.

5.3 Fluxos de Caixa Consolidados

	Recebimentos			Pagamentos	
Saldo da gerência anterior		1.644.015,03	Despesas orçamentais		26.890.815,81
Execução Orçamental	692.997,99		Correntes	16.118.763,35	
Operações de Tesouraria	951.017,04		Capital	10.772.052,46	
Receitas orçamentais		26.618.131,47	Operações de Tesouraria		1.246.867,19
Correntes	20.810.758,91		Saldo para a gerência seguinte		1.695.838,94
Capital	5.773.188,96		Execução Orçamental	420.313,65	
Outras	34.183,60		Operações de Tesouraria	1.275.525,29	
Operações de Tesouraria		1.571.375,44			
		29.833.521,94			29.833.521,94

O mapa de fluxos de caixa consolidado é o documento síntese da execução orçamental do grupo municipal, espelhando os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício económico no grupo autárquico evidenciando ainda os saldos iniciais e finais.

Nesta conformidade, o saldo orçamental consolidado para a gerência de 2019 é de 420.313,65€, salientando-se que os recebimentos da mesma natureza ascenderam a 26.618.131,47€, que foram efetuados pagamentos de caráter orçamental no montante total de 26.890.815,81€ e que o saldo orçamental a 1 de janeiro de 2018 era de 692.997,99€.

6. Indicadores

	2018
Vendas e Prestação de serviços (Volume de Negócios)	2.731.716
Resultado Líquido do Exercício	2.363.322
Total de Proveitos	21.749.686
Total de Custos	19.388.806
Resultado Operacional	2.342.924
Resultados Financeiros	-299.147
Resultados Antes de Impostos	2.374.079
FSE / Vendas	231,69%
Custos Financeiros / Proveitos	1,41%
Custos com Pessoal / Vendas	227,87%
	2018
Rendibilidade das Vendas	132,50%
Rendibilidade Económica	2,99%
Rendibilidade Financeira	4,69%
	2017
Grau de Autonomia Financeira <i>Capitais Próprios / Activo Líquidos</i>	0,36
Grau de Solvabilidade <i>Capitais Próprios / Passivo</i>	0,56
Coeficiente de Dependência <i>Passivo / Capitais Próprios</i>	1,77
Liquidez Geral <i>Activo Circulante / Passivo curto prazo</i>	0,29
Liquidez Reduzida <i>(Activo Circulante - Existências) / Passivo curto prazo</i>	0,27
Liquidez Imediata <i>Disponibilidades / Passivo curto prazo</i>	0,16
Rendibilidade Económica do Activo <i>Resultados Operacionais / Activo Líquido</i>	0,03

7. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

7.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação

De acordo com o estabelecido no art.º n.º 75.º da Lei n.º 73/2013, o grupo municipal é constituído pelo Município e entidades por ele controladas, sendo que o quadro seguinte identifica as entidades que constituem o perímetro de consolidação da Autarquia.

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Acionistas	% da Participação
Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.	Mirandela	Transporte de passageiros	Município de Mirandela Comboios de Portugal - CP	90%
Agroindustrial do Nordeste, S.A.	Cachão - Mirandela	Dinamização da Indústria da região, através da criação de condições para a fixação de empresas.	Município de Mirandela Município de Vila Flor	49,10%
Matadouro Industrial do Cachão, S.A.	Cachão - Mirandela	Abate e comercialização de carnes.	Município de Mirandela Município de Vila Flor	a) 49,10%

a) Participação indireta: empresa participada em 100% pela AIN

Número de Trabalhadores do grupo municipal:

- Município de Mirandela – 290 trabalhadores
- Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A. – 6 trabalhadores
- Agroindustrial do Nordeste, S.A. – 2 trabalhadores
- Matadouro Internacional do Cachão, S.A – 26 trabalhadores

7.2. Entidades excluídas do perímetro de consolidação

As entidades identificadas no quadro seguinte, não integram o perímetro por não se verificar controlo por parte do Município.

Entidades	NIPC	Participação em Capital	Motivo de exclusão do Perímetro de Consolidação
Águas do Norte, S.A.	513606084	0,557 %	Inexistência de controlo ou presunção de controlo conforme previsto no n.º 4 e 5 do art.º 75.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro
Hospital Terra Quente S.A.	508053960	10,00 %	
Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua – Associação ADRVT	510288510	10,20 %	
Agência de Energia de Trás-os-Montes	509620540	6,66 %	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	508905435	1,16 %	
Desteque – Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente	503022934	25,00 %	
Fundação Museu do Douro	507693671	0,76 %	
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	503990698	4,90 %	
Resíduos do Nordeste S.A	505542331	16,92 %	
Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes (CIM-TT)	508914400	13,23 %	Entidade mãe ou consolidante- nos termos do n.º 2 do art.º 75.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro – pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município
Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana	501383018	28 %	
Associação Nacional de Municípios	501627413	0,319%	

7.3. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As demonstrações financeiras aqui apresentadas seguem os critérios valorimétricos previstos no POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação. Para este efeito, as demonstrações financeiras individuais das empresas municipais foram refeitas de forma a permitir a comparabilidade, a agregação e a anulação de saldos.

7.4. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Obtiveram-se as demonstrações financeiras individuais das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação, assim como os detalhes contabilísticos dos saldos e transações realizados entre elas.

Não houve conhecimento de eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras.

7.5. Informações sobre o financiamento de médio e longo prazo

O mapa de endividamento de médio e longo prazo consolidado, constitui um dos mapas obrigatórios da Prestação de Contas Consolidada.

Código/Designação	Dívidas a terceiros de médio/longo prazo				Eliminação de créditos/dívidas recíprocas	Grupo público consolidado
	CMM	MLM	AIN - MIC	TOTAL		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5=2+3+4)	(6)	(7=5-6)
Dívidas a Terceiros de MLP:						
2312 - Empréstimos obtidos MLP	8.398.982,68	0,00	377.109,28	8.776.091,96	0	8.776.091,96
Credores Diversos	34.987,25	0,00	178.144,71	213.131,96	112.143,91	100.988,05
Total	8.433.969,93	0,00	555.253,99	8.989.223,92	112.143,91	8.877.080,01

7.6. Informações relativas a compromissos

Nada a reportar

7.7. Informações relativas a políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com o objetivo de dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação económica, financeira e patrimonial, aplicando os princípios de continuidade, consistência, especialização, custo histórico, prudência, materialidade e da não compensação.

Os registos contabilísticos tiveram por base os seguintes critérios valorimétricos, utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados:

Imobilizado

O ativo imobilizado, foi valorizado ao custo de aquisição ou produção.

As imobilizações em curso estão registadas ao custo de aquisição ou de produção durante a sua fase de construção.

Não existe incorporação do custo em empréstimos e a sua transferência para imobilizado concluído depende do recebimento do auto de receção provisória.

Investimentos Financeiros

As participações refletidas no balanço consolidado estão reconhecidas ao custo de aquisição.

Existências

As Existências estão registadas ao custo de aquisição, incluindo o IVA não dedutível, utilizando o custo médio ponderado como método de custeio das saídas de armazém.

Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros estão reconhecidas ao valor nominal. No final do período foram analisadas as dívidas de forma a avaliar a existência de problemas de recuperabilidade.

Disponibilidades

Os saldos de disponibilidades estão reconhecidos ao valor nominal.

Especialização de Exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos e constam nos respetivos exercícios económicos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Amortizações

As amortizações do Grupo estão contabilizadas com base nas taxas previstas na Portaria n.º 671/2000 – CIBE. O método de cálculo das amortizações é o das quotas constantes.

Provisões

As Provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários e estão associadas a processos judiciais em curso e a perdas em valores a receber.

Subsídios à Exploração

São contabilizados na conta de subsídios à exploração, atendendo ao grau de execução dos custos que subsidia, sendo reconhecidos em conta a receber os montantes para as quais já existem fortes expectativas de recebimento (pedido de pagamento efetuado).

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente de impostos diretos e indiretos é reconhecido quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do documento legal ou da passagem da posse para o comprador.

Subsídios ao Investimento

São relevados em proveitos diferidos os montantes dos subsídios ao investimento cujas candidaturas já se encontram aprovadas na proporção dos custos incorridos em cada projeto (% acabamento) sendo relevados em dividas a receber a parte ainda não recebida e para as quais existe já fortes expectativas de recebimento (pedido de pagamento efetuado).

Estes montantes são reconhecidos em Proveitos Extraordinários na proporção das amortizações dos respetivos bens.

Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor, estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de proveitos e custos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vida útil do património;
- Provisões das dívidas a receber;
- Provisão para riscos e encargos;
- Estimativa de Férias e Subsídio de Férias;
- Proveitos a receber de projetos participados;
- Subsídios a receber de entidades terceiras;
- Taxas a receber de terceiros.

7.8. Informações relativas a determinadas rubricas

Investimentos ocorridos no ativo imobilizado e amortizações acumuladas:

As taxas médias de depreciação do Património são as seguintes:

Conta	Descrição	Taxas de Amortização
42.2	Edifícios e Outras Construções	0% - 20%
42.3	Equipamento Básico	0% - 100%
42.4	Equipamento de Transporte	7,14% - 100%
42.5	Ferramentas e Utensílios	7,14% - 100%
42.6	Equipamento Administrativo	0% - 100%
42.9	Outras Imobilizações Corpóreas	0% - 100%
43.3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	33,33% - 100%
45.3	Outras Construções e Outras Infraestruturas	0% - 5%
45.5	Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	5%

O mapa de variação do Património é o seguinte:

A/C	Designação	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
42	Imobilizações Corpóreas	56.591.437,92	5.512.322,38	1.675.438,56	60.428.321,75
421	Terrenos e recursos naturais	4.476.765,40	0,00	0,00	4.476.765,40
422	Edifícios e outras construções	20.853.877,64	191.167,11	0,00	21.045.044,75
423	Equipamento básico	3.986.707,78	24.590,37	0,00	4.011.298,15
424	Equipamento de transporte	2.252.814,48	35.071,38	69.720,58	2.218.165,28
425	Ferramentas e utensílios	767.092,25	41.045,37	0,00	808.137,62
426	Equipamento administrativo	2.277.281,08	25.199,77	10.633,24	2.291.847,61
429	Outras imobilizações corpóreas	399.864,02	2.400,00	0,00	402.264,02
442	Imobil. em curso de imobilizações corpóreas	21.577.035,28	5.192.848,38	1.595.084,74	25.174.798,92
43	Imobilizações Incorpóreas	515.714,83	102.972,20	0,00	618.687,03
	Imobilizações Incorpóreas	52.527,56	0,00	0,00	52.527,56
443	Imobil. em curso de bens de imob. incorpóreas	463.187,27	102.972,20	0,00	566.159,47
45	Bens de Domínio Público	34.634.293,76	4.142.785,74	711.472,59	38.065.606,91
451	Terrenos e recursos naturais	135.395,83	0,00	60.390,08	75.005,75
452	Edifícios	0,00	1.045.663,36	0,00	1.045.663,36
453	Outras construções e infraestruturas	17.303.312,41	159.626,44	74.982,61	17.387.956,24
459	Outros bens de domínio público	2.319.247,15	0,00	0,00	2.319.247,15
445	Imobil. em curso de bens de domínio público	14.876.338,37	2.937.495,94	576.099,90	17.237.734,41
		91.741.446,52	9.758.080,32	2.386.911,15	99.112.615,69

O quadro seguinte sintetiza o movimento ocorrido nas amortizações acumuladas:

A/C	Designação	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
482	Imobilizações Corpóreas	15.434.866,57	1.394.082,79	74.236,70	16.754.712,66
4821	Terrenos e recursos naturais				
4822	Edifícios e outras construções	7.174.848,19	1.108.434,07	0,00	8.283.282,27
4823	Equipamento básico	3.465.580,05	77.361,08	0,00	3.542.941,14
4824	Equipamento de transporte	2.055.512,09	74.367,63	63.876,81	2.066.002,92
4825	Ferramentas e utensílios	677.260,18	30.129,63	0,00	707.389,81
4826	Equipamento administrativo	1.974.391,10	99.606,45	10.359,89	2.063.637,66
4829	Outras imobilizações corpóreas	87.274,95	4.183,92	0,00	91.458,87
483	Imobilizações Incorpóreas	52.527,56	0,00	0,00	52.527,56
485	Bens De Domínio Público	9.106.772,86	864.761,73	13.454,88	9.958.079,71
4851	Terrenos e recursos naturais	3.882,13	1.256,20	5.138,33	0,00
4852	Edifícios	0,00	11.981,53	0,00	11.981,53
4853	Outras construções e infraestruturas	7.939.765,65	732.377,26	8.316,55	8.663.826,36
4859	Outros bens de domínio público	1.163.125,08	119.146,74	0,00	1.282.271,82
		24.594.166,99	2.258.844,52	87.691,58	26.765.319,93

Dívidas a terceiros apresentadas no Balanço Consolidado:

As dívidas a terceiros reportados a 31 de dezembro de 2018 são as seguintes, apresentadas por exigibilidade:

Dívidas a Terceiros	2018
Dívidas de Médio / Longo Prazo	
Empréstimos de Médio / Longo Prazo	8.776.091,96
Credores diversos	100.988,05
Dívidas de Curto Prazo	
Fornecedores, c/c	5.812.567,32
Fornecedores — Faturas em receção e conferência	188.895,71
Empresas participadas e participantes	0,00
Fornecedores de imobilizado, c/c	3.247.667,43
Estado e outros entes públicos	247.129,17
Outros credores	377.343,53
Garantias e Cauções	1.147.713,16
	19.898.396,34

Repartição do Valor Líquido Consolidado das Vendas e Prestação de Serviços:

O valor consolidado das vendas e prestações de serviços, repartido por categoria de atividade é o seguinte:

Vendas e Prestações de Serviços	Município de Mirandela	Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.	Agroindustrial do Nordeste Lda.	Total
Mercadorias	2.539	0	0	2.539
Produtos acabados e intermédios	1.648.478	0	270.061	1.918.538
Saneamento	6.358	0	0	6.358
Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	28.676	0	0	28.676
Trabalhos por conta de particulares	12.134	0	0	12.134
Cemitérios	24.485	0	0	24.485
Mercados e feiras	42.503	0	0	42.503
Instalações desportivas, culturais e recreativas	126.931	0	0	126.931
Rendas e Aluguers	49.367	0	0	49.367
Outros	257.028	218.074	328.074	804.048
	2.198.498	218.074	599.007	3.015.579

Demonstração consolidada dos Resultados Financeiros:

A Demonstração dos Resultados Financeiros a 31 de dezembro de 2018 apresenta o seguinte detalhe:

Custos e Perdas	2018
Juros Suportados	245.068,94
Outros Custos E Perdas Financeiros	61.545,41
	306.614,35
Resultados Financeiros	-299.147,25
Proveitos e Ganhos	2018
Juros Obtidos	6.657,80
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	809,30
	7.467,10

Demonstração consolidada dos Resultados Extraordinários:

No quadro seguinte apresenta-se a Demonstração dos Resultados Extraordinários a 31 de dezembro de 2018.

Custos e Perdas	2018
Transferências de Capital Concedidas	157.621,30
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	110.590,88
Outros Custos e Perdas Extraordinárias	77.083,64
	345.295,82
Resultados Extraordinários	330.302,54

Proveitos e Ganhos	2018
Ganhos em existências	113,10
Ganhos em imobilizações	19.493,00
Benefícios de penalidades contratuais	57.758,09
Reduções de amortizações e provisões	13.592,06
Correções relativas a exercícios anteriores	42.496,30
Outros proveitos de ganhos extraordinários	542.145,81
	675.598,36

Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas:

O custo das vendas a 31 de Dezembro de 2018 é o seguinte:

Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	Município de Mirandela	Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.	Agroindustrial do Nordeste Lda.	Total
Mercadorias	1.042.330	0	0	1.042.330
Matérias-Primas	561.023	0	0	561.023
Matérias Subsidiárias	0	0	0	0
Materiais De Consumo	0	0	0	0

ANEXOS:

Relatório de Gestão Anual – Metropolitan Ligeiro de Mirandela, S.A;

Relatório de Gestão Anual – Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A.;

Relatório de Gestão Anual – Matadouro Industrial do Cachão, S.A;

Certificação Legal de Contas.



METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

Exercício de 2018

HR.
Z. Almeida
(M)
AS

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL

Senhores Acionistas,

Cumprindo as disposições legais, designadamente o disposto no Art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais, submetemos à V/ apreciação o nosso Relatório de Gestão reportado ao exercício de 2018, elaborado em conformidade com o Art.º 66.º desse mesmo Código, muito embora e por força do disposto no número 6 deste último artigo, a emissão deste Relatório seja dispensada.

INTRODUÇÃO

A Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA iniciou a sua atividade em julho de 1995, tendo resultado de um projeto protagonizado pela Câmara Municipal de Mirandela e a CP.

Numa primeira fase e ao longo de vários anos, a atividade da empresa circunscreveu-se à exploração do troço Mirandela/Carvalhais, cingindo-se, portanto, ao perímetro urbano da cidade de Mirandela. Mais tarde, a 21 de outubro de 2001, a MLM, SA celebrou um Contrato de Prestação de Serviços com a CP, mediante o qual a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros entre a estação de Mirandela e a estação do Tua, na margem do Douro, seria feita pela própria MLM, sob a responsabilidade e supervisão da CP. Por seu turno, a responsabilidade pela manutenção da linha correspondente ao referido troço caberia à então REFER, atual Infraestruturas de Portugal, na sua qualidade de proprietária dessa infraestrutura.

Por conseguinte, à luz daquele Contrato de Prestação de Serviços, competia à MLM executar todo o serviço de transporte ferroviário de passageiros ao longo do troço Carvalhais/Tua.

Porém, por força do acidente que teve lugar no dia 22 de agosto de 2008 e na sequência do mesmo, a atividade da sociedade tem-se circunscrito à exploração dos troços Mirandela-Carvalhais e Mirandela-Cachão. Por conseguinte, desde essa altura, a sociedade tem laborado com base em premissas ou pressupostos um tanto diferentes daqueles com base nos quais laborava no período anterior à ocorrência do referido acidente.

Para além do transporte ferroviário acima mencionado, em meados de 2012 a empresa assumiu a gestão e o transporte rodoviário de passageiros no perímetro urbano da cidade e sua periferia, tarefa que lhe foi conferida pelo Município de Mirandela. Neste domínio, à MLM compete também a gestão e o serviço de transporte referidos,



METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

HR.
E. F. M. M.
M.
A. B. J.

não sendo a proprietária de quaisquer bens ou recursos afetos ao mesmo. Por esse facto, todas e quaisquer despesas e encargos associadas ao funcionamento desses bens e recursos, ou seja, à operação do serviço, correm por conta do respetivo proprietário, isto é, o Município, com exceção dos encargos com o pessoal; na verdade, todos os trabalhadores afetos à realização do serviço de transporte rodoviário pertencem ao quadro de pessoal da empresa, sendo que os correspondentes salários e encargos que lhes estão associados correm por conta desta.

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

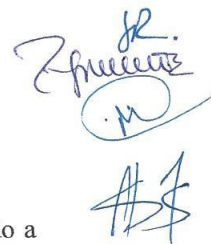
Numa perspetiva estritamente operacional e face a 2017, a atividade da empresa em 2018 continuou estabilizada em torno dos seguintes vetores:

- A operação rodoviária não sofreu alteração;
- O relacionamento comercial com o Município de Mirandela, na sua vertente do transporte escolar, continuou a processar-se normalmente e nos mesmos termos do ano anterior;
- A ligação da empresa à CP no âmbito do cumprimento do Contrato de Prestação de Serviços ferroviários a que se aludiu no ponto anterior processou-se do mesmo modo que em 2017. Do ponto de vista financeiro, a receita mensal decorrente dessa prestação de serviços que cabe ao ano de 2018 é igual à verificada no ano de 2017, portanto, de 16.323,50 € (por mês). Diga-se, desde já, que a globalidades das receitas pela prestação dos serviços relativos ao ano de 2017 apenas foi recebida no final de 2018 e primeiro trimestre de 2019;
- A MLM continuou a fazer a gestão do serviço de transporte rodoviário de passageiros dentro do perímetro da cidade de Mirandela;
- Continuou a ser assegurado o serviço de transporte de passageiros anteriormente servidos pelo troço da Linha do Tua encerrado há já vários anos, transporte esse também sob gestão da MLM e efetuado via táxi.

Genericamente falando e tal como todas as empresas que baseiam ou direcionam a sua atividade exclusivamente para mercados regionais ou locais de pequena (ou muito pequena) dimensão, no exercício de 2018 a MLM continuou a enfrentar os problemas próprios de uma economia regional/local pouco expressiva, subdimensionada e economicamente debilitada. Assim sendo e tendo também em conta a própria especificidade do negócio desenvolvido pela empresa, estamos perante uma atividade que se viu confrontada com:



METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.



- A impossibilidade da empresa dilatar os seus níveis de receita, considerando a pequenez do seu mercado efetivo e potencial;
- A impossibilidade de a empresa proceder a um ajustamento em alta das suas tarifas, considerando o fraco nível de rendimento auferido pela população alvo das suas atividades e o nível geralmente baixo que acompanha o valor das tarifas dos transportes públicos, atendendo ao caráter social que é atribuído a esta tipologia de serviço; e,
- O decréscimo da população a que as regiões do interior não conseguem fugir.

VEÍCULOS LRV-2000

No início, o parque de material circulante era constituído por quatro automotoras da série USD VE 9500, tendo por referências 9503, 9504, 9505 e 9506.

Fruto do acidente ocorrido a 12 de fevereiro de 2007, a frota de veículos LRV da MLM ficou reduzida a três unidades, em virtude do abate da 9504. Posteriormente, decorrente do acidente registado já em 2008 (o segundo), a LRV 9503 ficou bastante danificada, tendo sido afastada do serviço.

Dado que não se justificava reparar este último veículo e tendo sido apresentada uma proposta de compra do mesmo por parte de um operador estrangeiro, a qual se considerou bastante interessante, procedeu-se à venda respetiva em fevereiro de 2015. Assim sendo, desde fevereiro de 2015 e até à data, o parque de viaturas detido pela empresa é constituído por apenas dois veículos, ambos em operação.

No que às condições técnicas de segurança dos veículos se refere, o Conselho de Administração da empresa sempre pautou a sua conduta por princípios de rigor e de uma vigilância constante. Assim, os veículos ao serviço da empresa são regularmente sujeitos a uma vigilância apertada por parte dos técnicos da EMEF, visando a deteção (e posterior correção) de eventuais falhas/anomalias que venham a ser detetadas.

Paralelamente, todas as LRV são alvo de uma intervenção técnica mais profunda sempre que o desgaste dos seus principais componentes o justifique, o que normalmente acontece após terem percorrido um certo número de quilómetros.

Pelo exposto e no que às condições de funcionamento dos veículos LRV se refere, está a Administração da empresa em condições de garantir a segurança de pessoas e bens que viajam nos mesmos.

ANÁLISE DAS CONTAS APRESENTADAS

À semelhança do sucedido nos anos anteriores e nos termos do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, em particular do disposto no seu n.º 4, pretende-se agora proceder a uma análise detalhada das principais grandezas de natureza económico-financeira que marcam as peças de tipo contabilístico respeitantes ao exercício ora relatado. Na verdade, sendo os Documentos de Prestação de Contas basicamente constituídos por peças de natureza contabilística, logo técnica, faz todo o



METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

sentido que se reserve um espaço próprio para se tecerem alguns comentários acerca do conteúdo de tais peças, procurando-se ressaltar o que de mais importante aconteceu na empresa do ponto de vista económico-financeiro.

Uma breve análise daquelas peças contabilísticas, nomeadamente da Demonstração dos Resultados, permite extrair as conclusões de natureza quantitativa que de seguida se apresentam, numa base comparativa com os valores respeitantes aos exercícios de 2016 e 2017:

Valores em Euros

	2016	%	2017	%	2018	%
Fornecimentos e Serv. Externos	159.396,44	60,8	119.819,94	52,61	130.830,09	58,60
Gastos com o Pessoal	103.016,55	39,3	100.461,29	44,11	111.519,78	49,95
Gastos de Depreciação e Amortização	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos e Perdas de Financiamento	8.726,91	3,3	7.418,99	3,26	7.180,33	3,22
Resultado Líquido do período	-4.355,55	-1,7	1.254,97	0,55	-24.434,72	-10,94

Nota: Os valores percentuais foram calculados com referência ao valor dos serviços prestados

SERVIÇOS PRESTADOS	262.134,62	227.742,18	223.259,23
--------------------	------------	------------	------------

Detendo-nos no quadro anterior, concluímos que o desempenho da empresa no exercício de 2018 apresenta várias modificações com alguma relevância em comparação com os dois anos anteriores.

Detalhando o que se passou em 2018 em termos de rendimentos, gastos e resultados, numa base comparativa com o histórico correspondente, vejamos:

a) Após consolidada uma trajetória descendente no que respeita à evolução do valor anual dos Fornecimentos e Serviços Externos, eis que em 2018 se regista um crescimento com alguma visibilidade no valor de tais fornecimentos, vindo este a situar-se muito próximo dos 131.000 € neste ano. O referido crescimento resultou:

- Do acréscimo resultante dos gastos suportados com transportes rodoviários subcontratados para o transporte de passageiros em algumas zonas antigamente servidas pela linha do Tua, os quais passaram de 34.043,22 € em 2017 para 36.573,31 € em 2018;

- O valor dos Trabalhos Especializados teve um incremento de 3.550,00 € de 2017 para 2018;

- Para além disso, muitas outras categorias de gastos que compõem os Fornecimentos e Serviços Externos tiveram um comportamento ascendente, como seja o



METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

Dr. F. P. ...
- W

AB

caso das despesas com combustíveis, comportamento esse que, em conjunto e somado com as duas anteriores variações, justifica e fundamenta a variação global observada ao nível dos Fornecimentos aqui em apreço.

Em resultado do supra exposto, o valor dos Fornecimentos e Serviços Externos passou a representar, em 2018, 58,60% do valor dos Serviços Prestados, quando, no ano anterior, essa percentagem foi de 52,61%.

b) Como consequência dos ajustamentos salariais verificados no ano aqui em causa, alguns dos quais tiveram natureza retroativa, tendo sido negociados com os sindicatos dos trabalhadores, o valor das despesas com o pessoal subiu aproximadamente 11.000 € de 2017 para 2018.

O quadro do pessoal manteve o mesmo número de efetivos, pelo que aquele incremento da despesa apenas se relaciona com os ajustamentos salariais referidos.

c) Continuou-se a não registar qualquer gasto com Depreciações em 2018, tal como sucedido nos dois períodos anteriores. Esta circunstância decorre do facto de todos os Ativos Fixos detidos pela MLM já terem atingido o término do seu período de vida útil, a que se junta o facto de não se terem verificado aquisições deste tipo de Ativos ao longo destes últimos quatro anos, com entrada em funcionamento no contexto dos mesmos;

d) Os Gastos de Financiamento voltaram a experimentar um decréscimo em 2018. Este facto radica nos níveis muito baixos que as taxas Euribor têm observado, as quais mantêm valores negativos desde 2015 (e continuam nesta altura), sendo certo que este tipo de Gastos suportados pela empresa está indexado à Euribor.

No tocante ao comportamento dos rendimentos arrecadados pela sociedade em 2018, importa destacar o seguinte:

a) O valor global e anual dos Serviços Prestados apresentou uma redução de cerca de 4.500 €. Tal redução não derivou de qualquer mexida no valor do tarifário em vigor em 2018, radicando antes na diminuição do número de passageiros transportados, o que fez com que as receitas oriundas da venda de bilhetes pré-comprados e vendidos a bordo tivessem caído por aquela magnitude;

b) O valor dos serviços prestados à CP manteve-se exatamente constante de 2017 para 2018.



METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.



Handwritten signatures and initials, including 'JR.', 'Z. F. M.', and 'AS'.

Então, como corolário de todo o comportamento combinado acabado de explicar, os Resultados Líquidos atingiram o valor de – 24.434,72 € em 2018, o que representa uma descida relevante face ao ano anterior.

Com respeito à situação financeira da sociedade, a mesma caracteriza-se pelo já clássico desequilíbrio de longo prazo, motivado pelas responsabilidades financeiras perante a CP decorrentes da compra, a esta última, do material circulante.

Numa perspetiva de curto prazo, dúvidas não podem restar quanto à boa situação financeira da empresa, tal como tem acontecido nos últimos anos, apresentando-se, nesta altura, perfeitamente equilibrada. Este equilíbrio é bem visível pela relação entre o valor dos seus ativos e passivos de curto prazo, retirando-se, portanto, desta análise a enorme dívida à CP resultante da aquisição das automotoras. Claro está que esta melhoria tem por base os excedentes de tesouraria que foram sendo gerados, os quais radicam na obtenção de resultados positivos ao longo dos últimos anos, com exceção do de 2018.

De notar que esta apreciação tem por base o pressuposto, fundamental, segundo o qual a CP continuará a honrar os seus compromissos perante a MLM, SA decorrentes do serviço que lhe for sendo prestado ao longo de 2019, sob pena de, algures no segundo trimestre desse ano, a sua tesouraria sofrer graves danos, assim se rompendo o citado equilíbrio.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do número 5 do Art.º 66.º do CSC, vem, neste ponto, o Conselho de Administração apresentar a sua proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2018.

Assim, propõe o Conselho de Administração que o Resultado Líquido do ano de 2018, no valor de – 24.434,72 €, seja transferido para Resultados Transitados.

PERSPETIVAS

Equacionando a continuidade da empresa, haverá que assinalar o seguinte:

(i) De acordo com as informações disponíveis, a mobilidade em torno da linha do Tua, envolvendo, sobretudo, o transporte ferroviário de passageiros, para fins turísticos e de transporte corrente, arrancará a breve prazo. Estão já realizadas bastantes melhorias e transformações na infraestrutura, de modo a que essa operação possa ter lugar em breve. Por conseguinte, a este nível, estão já criadas as condições para concretizar a dissolução da MLM em breve;



METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

HR.
Z. F. M. U. T. E.
- M.
#1

(ii) Tendo em conta o avançado estado de degradação da linha entre Mirandela e Carvalhais, a que se junta a ausência de meios financeiros para proceder à sua recuperação por parte da empresa, foi decidido suspender a circulação ferroviária nesse troço a partir do dia 17 de dezembro passado. Tal suspensão também radica na circunstância de não se justificar o dispêndio de avultados fundos por parte da MLM nessa recuperação, em virtude de a sua dissolução estar para muito breve;

(iii) Considerando a quilometragem das automotoras ao serviço da empresa, exigia-se a efetivação de uma profunda revisão técnica a vários dos seus órgãos mecânicos por parte dos serviços competentes da EMEF, não só por questões de segurança mas também da própria operacionalidade das ditas automotoras. Tal revisão, importando numa despesa incomportável para a tesouraria da empresa, o que, aliada à sua anunciada dissolução, a torna inviável e inútil. Por conseguinte, também por este motivo, no início de dezembro passado foi decidido terminar com a circulação ferroviária nos troços operados pela MLM a partir de 17 desse mês;

(iv) Por outro lado, o novo operador pretende realizar algumas obras e testes entre Mirandela e o Cachão ao longo do primeiro semestre deste ano; ora, esta circunstância colidiria com a efetivação do normal trânsito das automotoras nesse troço, pelo que, também por este motivo, foi decidido o seu término a partir daquele dia.

Pelas razões expostas, o transporte ferroviário de passageiros deixou de ser feito a partir de meados de dezembro passado, não mais voltando a ser realizado por parte da MLM. Assim, as automotoras recolheram às instalações situadas em Carvalhais, aí ficando retidas até ser decidido o seu destino pelos acionistas da empresa.

Até à completa dissolução da empresa e até ao momento da entrada efetiva em atividade por parte do novo operador, o serviço de transporte ferroviário que deixou de ser realizado a partir de meados de dezembro passou a ser feito via rodovia; por esse facto, o serviço de transporte rodoviário que foi sendo feito e/ou gerido pela MLM até essa altura foi reforçado através de uma carreira contratada a um operador privado, que diariamente e com a necessária frequência, circula pela cidade e periferia.

Portanto, neste momento, não há transporte ferroviário de passageiros, apenas e só rodoviário, o qual é feito e gerido pela própria MLM.

Esta situação irá manter-se até à dissolução da empresa, o que se espera vir a acontecer no final do semestre corrente. A partir dessa altura, a mobilidade ao longo do Tua ficará a cargo do novo operador, devendo por essa ocasião (ou antes) ser equacionada a mobilidade na urbe de Mirandela e respetiva periferia.



METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

R.
Z. Formosa
M.
A.J.

É claro que a atividade da empresa ao longo destes meses, até ao final de junho e nos moldes acabados de descrever, importa em custos avultados. Para os poder suportar, a empresa conta com o suporte financeiro da CP, já que estamos em presença da continuação da efetivação da mobilidade, só que numa modalidade diferente da anterior: em vez da utilização da ferrovia, passou-se a utilizar a rodovia.

OUTRAS INFORMAÇÕES

- Dando cumprimento ao disposto nos Art.º 2.º do Dec. Lei n.º 534/80, de 7 de novembro e 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social, à Autoridade Tributária e Aduaneira, nem existem dívidas vencidas para com os trabalhadores;

- Declara-se que, após o termo do exercício e dando satisfação ao estipulado na alínea b) do n.º 5 do Art.º 66.º do CSC, não ocorreram quaisquer factos que mereçam especial referência;

- Não foram concedidas autorizações para a celebração de negócios entre a empresa e os membros do seu Conselho de Administração - Artigo 397.º do CSC (alínea e) do número 5 do art.º 66.º do CSC);

- A empresa não possui sucursais, no país ou no estrangeiro (alínea g) do número 5 do art.º 66.º, do CSC);

- Não existem riscos de preço, considerando a tipologia da atividade exercida pela empresa.

- Quanto ao risco de crédito, a nível bancário a questão não se coloca, na medida em que a empresa não tem condições para aceder a esta tipologia de crédito.

O crédito sobre clientes não apresenta quaisquer riscos.

A empresa enfrenta sérios riscos de liquidez e de fluxos de caixa, considerando a aleatoriedade e o atraso que se verifica nos recebimentos oriundos da CP. Por conseguinte, não resta outra alternativa senão a de o acionista maioritário cobrir os défices temporários de tesouraria que daqui decorrem.

Mirandela, 14 de fevereiro de 2019



METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Presidente

Filipe Rodrigues

O Administrador por parte da CP

António Luís Soares Fátima, l.v.

O Administrador Delegado

[Handwritten signature]



METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, SA

EXERCÍCIO DE 2018

Handwritten signature: F. M. M. (F. M. M.)
Handwritten initials: AB

**ANEXO
(modelo reduzido)**

1 – Identificação da entidade:

1.1 – Designação da entidade.

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA
NIPC 503 518 794

1.2 – Sede.

Rua D. Afonso III
5370 – 408 Mirandela

1.3 – Natureza da atividade.

A Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA iniciou a sua atividade em julho de 1995, tendo resultado de um projeto que juntou a Câmara Municipal de Mirandela e a CP. Esta junção culminou com a participação no capital da MLM, SA de ambas as entidades, detendo a primeira 90% do mesmo e a segunda 10%, assim se constituindo, naquele ano, esta sociedade.

O objeto da sociedade consiste na prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros numa parte da linha do Tua.

Numa primeira fase e ao longo de vários anos, a atividade da empresa circunscreveu-se à exploração do troço Mirandela/Carvalhais, cingindo-se, portanto, ao perímetro urbano da cidade de Mirandela. Mais tarde, a 21 de outubro de 2001, a MLM, SA celebrou um Contrato de Prestação de Serviços com a CP, mediante o qual a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros entre a estação de Mirandela e a estação do Tua, na margem do Douro, seria feita pela própria MLM, sob a responsabilidade e supervisão da CP. Por seu turno, a responsabilidade pela manutenção da linha correspondente ao referido troço caberia à antiga REFER, atual Infraestruturas de Portugal, na sua qualidade de proprietária dessa infraestrutura.

Por conseguinte, na prática, cabia à MLM executar todo o serviço de transporte ferroviário ao longo do troço Carvalhais/Tua.

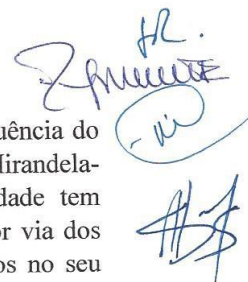
1

Rua D. Afonso III, 5 370 – 408 Mirandela * Telefone e Fax: 278 265 752 *

Capital Social 125.000 € Contribuinte n.º 503 518 794

E-mail: metro_mirandela_cmm@yahoo.com

Porém, por força do acidente que teve lugar no dia 22 de agosto de 2008 e na sequência do mesmo, a atividade da sociedade tem-se circunscrito à exploração dos troços Mirandela-Carvalhais e Mirandela-Brunheda. Por conseguinte, desde essa altura, a sociedade tem laborado com base em premissas ou pressupostos um tanto diferentes daqueles por via dos quais laborava no período anterior à ocorrência do referido acidente, com reflexos no seu desempenho e situação financeira.



Entretanto, desde meados de 2012 que a empresa vem assumindo a gestão dos transportes rodoviários no perímetro urbano da cidade e sua periferia, tarefa que lhe foi conferida pelo Município de Mirandela. Neste domínio, a MLM compete a simples gestão do mencionado serviço, não sendo a proprietária de quaisquer bens ou recursos afetos ao mesmo. Por esse facto, todas e quaisquer despesas e encargos associados ao funcionamento desses bens e recursos, ou seja, à operação do serviço, correm por conta do respetivo proprietário, isto é, o Município, à exceção das despesas relacionadas com o pessoal afeto ao dito serviço de transporte.

De referir que, nos últimos dias do ano de 2018, a MLM deixou de efetuar o transporte ferroviário de passageiros. Os mesmos troços são agora assegurados através do transporte rodoviário, o qual é efetuado mediante o aluguer de uma viatura com condutor a uma entidade terceira, a Auto Viação do Tâmega, Lda..

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, tendo sido adotada a Norma Contabilística para Microentidades, constante do Aviso n.º 8255/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015.

2.2 – *Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.*

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do período anterior, com uma exceção. No contexto do exercício de 2017, os serviços prestados ao acionista CP não foram faturados pela MLM nem liquidados por aquele. Neste sentido,

2

encontrava-se reconhecida uma verba de 195.882,00 € na rubrica “Outros ativos correntes” do balanço da entidade a 31/12/2017, respeitante ao acréscimo destes rendimentos, que foram faturados em 2018.

Handwritten signature and initials

3 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 – Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras, e têm por base o modelo do custo histórico.

b) Outras políticas contabilísticas.

Ativos fixos tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis são mesurados pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo de aquisição, que inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionamento, menos qualquer depreciação acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

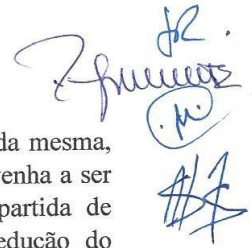
As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

No caso concreto do exercício de 2018, não se contabilizaram quaisquer depreciações relativas a Ativos Fixos Tangíveis, na medida em que os elementos correspondentes já não apresentavam valor líquido escriturado no final do ano e, por outro lado, existiam elementos que não se encontravam ainda em condições de funcionamento (porque ainda não aplicados).

Investimentos financeiros:

Os investimentos detidos pela entidade encontram-se mensurados pelo seu custo. Pelo facto de tais investimentos apresentarem, não só um valor bastante reduzido/insignificante, como também um valor muito aproximado do seu justo valor, dado pela cotação do fundo respetivo, não foi inscrita qualquer alteração no seu valor diretamente na demonstração dos resultados. Tais investimentos apenas incluem as contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho e a sua detenção tem carácter de continuidade e/ou permanência, não se destinando a ser vendidos no decurso normal das operações da entidade. Se existe

3



evidência de que os mesmos se encontram em imparidade procede-se ao registo da mesma, calculada com base na evidência que indique que a quantia, total ou parcial, não venha a ser recuperada. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo revertidas também por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

Imparidade de ativos:

A empresa realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável. Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica “Perdas por imparidade”. Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade.

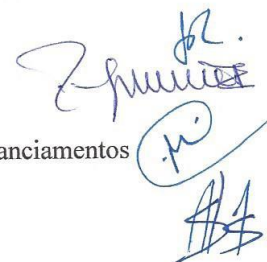
Contas a receber

Se é expectável que a cobrança de saldos de clientes e outras contas a receber ocorra dentro de um ano ou menos, ou se são relacionados com a atividade operacional, estas contas são classificadas como ativo corrente. Caso contrário, são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal deduzidas de perdas por imparidade, calculadas com base no risco de cobrabilidade e na antiguidade.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e/ou outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.



Eventuais descobertos bancários são incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não pagos à data do balanço são classificados na rubrica de “Outras contas a pagar”.

Contas a pagar

As contas a pagar englobam os saldos de fornecedores e outros credores e são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal.

Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos:

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).

Rédito:

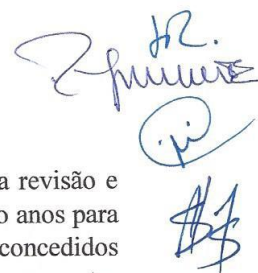
O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA nem outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

Impostos sobre o rendimento:

O imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras resulta apenas do imposto corrente. O gasto de imposto é registado em resultados.

O imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor vigentes à data do balanço, sendo que o resultado tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e/ou rendimentos que nunca serão tributáveis.

5



De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão, não sendo expectável, contudo, que, de tais revisões, resultem correções materiais às presentes demonstrações financeiras.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade preparou as suas Demonstrações Financeiras no pressuposto da continuidade das suas operações. Contudo, assume que vai entrar em dissolução no final do corrente semestre, salvo se algo de muito especial e inesperado vier a suceder, devido a:

- Alta probabilidade de o novo concessionário do transporte ferroviário na Linha do Tua entrar em atividade operacional no arranque do segundo semestre de 2019, a que acresce o facto de a MLM já não efetuar aquele serviço desde o final de 2018; e
- Os desenvolvimentos já ocorridos em 2017 e 2018 relativos à implementação, no terreno, dessa empresa.

O acima descrito está relacionado com a concretização do plano de mobilidade ao longo da Linha do Tua, decorrente do impacto da construção da barragem do Tua.

Não obstante e apesar do suprarreferido, assume-se que será possível realizar a maior parte dos ativos pelos valores escriturados e constantes do Balanço, sendo que a liquidação dos passivos da entidade deverá ser feita pelo seu valor nominal, igualmente constante de tal Balanço. Em abono a este pressuposto, acrescenta-se que grande parte dos elementos que constituem os Ativos Fixos Tangíveis não apresenta valor contabilístico.

Apenas um elemento constitutivo de tais Ativos apresenta valor contabilístico, tendo-se a noção, nesta data, de que será altamente improvável realizar tal valor num contexto de dissolução da empresa.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

Porém, ver o descrito no ponto “6 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”.

Handwritten signature and initials

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não ocorreu qualquer alteração nas políticas contabilísticas da entidade.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

As estimativas contabilísticas não foram objeto de qualquer alteração no exercício de 2018.

3.4 - Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foi detetado, nem, por conseguinte, corrigido qualquer erro material praticado em períodos anteriores.

4 - Ativos fixos tangíveis:

Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis.

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

A base de mensuração usada assenta no custo histórico dos ativos fixos tangíveis, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios					
Vidas úteis			10 anos	6-14 anos		4-8 anos		4-8 anos
Taxas de depreciação			10,00%	7,14-16,66%		12,50-25,00%		12,50-25,00%
Métodos de depreciação			Linha reta	Linha reta		Linha reta		Linha reta

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as alienações, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.

7


 (valores expressos em euros)


Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
Em 01/01/2017	Quantias brutas escrituradas		193,12	722 668,19		32 268,49		3 552,82		758 682,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		193,12	692 188,19		32 268,49		3 552,82		728 202,62
	Quantias líquidas escrituradas			30 480,00						30 480,00
Adições										
Transferências										
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates										
Outras alterações										
Depreciações										
Anulação de depreciações por alienações, sinistros e abates										
Perdas por imparidade										
Em 31/12/2017 (01/01/2018)	Quantias brutas escrituradas		193,12	722 668,19		32 268,49		3 552,82		758 682,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		193,12	692 188,19		32 268,49		3 552,82		728 202,62
	Quantias líquidas escrituradas			30 480,00						30 480,00
Adições										
Transferências										
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates										
Outras alterações										
Depreciações										
Anulação de depreciações por alienações, sinistros e abates										
Perdas por imparidade										
Em 31/12/2018	Quantias brutas escrituradas		193,12	722 668,19		32 268,49		3 552,82		758 682,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		193,12	692 188,19		32 268,49		3 552,82		728 202,62
	Quantias líquidas escrituradas			30 480,00						30 480,00

Acrescenta-se que o equipamento básico com quantia líquida escriturada mencionado no quadro supra foi adquirido em 2015 e não foi aplicado até ao final do ano de 2018, encontrando-se, à data de 31/12/2018, ainda em estaleiro. Por esse motivo, não foi registada qualquer depreciação no contexto dos dois exercícios apresentados.

Os valores inscritos em “Depreciações e perdas por imparidade acumuladas” dizem apenas respeito a Depreciações, na medida em que não se verificaram perdas por imparidade.

O material circulante ao serviço da entidade já não se encontra em operação, embora se encontre completamente sob a sua alçada.

Neste momento, desconhece-se o seu valor de mercado, mesmo sendo o valor de sucata, prevendo-se, contudo, que tal valor tenha alguma expressão.

JR.
Z. F. ...
P
#1

5 – Rendimentos e gastos:

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito com base nos valores faturados aos clientes, decorrentes de tais serviços. A faturação dos serviços ou tem lugar imediatamente após a consumação da respetiva prestação, ou, quando de carácter continuado, no último dia do mês a que diz respeito.

Os restantes réditos são reconhecidos imediatamente após o recebimento respetivo ou quando se constitui o direito à sua perceção, conforme as situações em concreto.

6 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

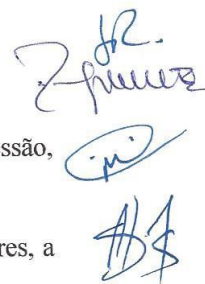
a) Correm termos dois Processos Judiciais em que a entidade figura como Ré, dela se reclamando o pagamento de indemnizações de valor relativamente avultado. Em tais Processos, para além da MLM, constam outros Réus conhecidos, os quais também respondem, solidariamente, pelas indemnizações peticionadas.

Face à dificuldade em se apurar os valores indemnizatórios eventualmente imputáveis à MLM no caso de vir a ser judicial e efetivamente condenada e à convicção da Administração de que nada é devido pela empresa aos Autores das Ações Judiciais em apreço, não foi constituída qualquer provisão a este propósito.

De todo o modo, estando-se aqui perante um passivo contingente e de valor importante, informa-se que:

- O valor total das Ações Judiciais que correm termos contra a MLM, envolvendo, também e de forma solidária, outros Réus é de aproximadamente 300.000,00 €;
- Genericamente, é entendimento da Administração que a empresa não será chamada a responder perante estas responsabilidades potenciais, quando e se as mesmas se efetivarem.

b) É praticamente certo que a entidade será dissolvida até ao final do semestre já em curso. Apesar disso, não foi constituída qualquer provisão destinada a atender aos encargos derivados das indemnizações devidas aos trabalhadores, em consequência dessa dissolução. Na base da ausência da constituição da referida provisão, está a ideia da Administração da empresa de colocar os seus trabalhadores noutras ocupações, em particular a exercer funções



similares na empresa que assumirá o transporte ferroviário na Linha do Tua, por concessão, ou na sua internalização nos serviços da autarquia.

De todo o modo, se a empresa vier a incorrer na obrigação de indemnizar os trabalhadores, a mesma terá de ser calculada atendendo ao seguinte:

* A maior parte dos trabalhadores da empresa, em número de quatro, integram o quadro de pessoal da mesma desde a sua fundação (1995), sendo que os dois restantes foram admitidos no início de 2016;

* Serão seis os funcionários a indemnizar;

* Durante o ano de 2018, o valor bruto mensal das remunerações aos trabalhadores ascendeu a cerca de 5.500,00 € (incluindo subsídio de alimentação).

c) A empresa dispõe no seu património de um lote de travessas de madeira para aplicação na via-férrea. Tais travessas foram adquiridas na perspectiva de uma intervenção de fundo na via, substituindo-se as travessas velhas e já sem condições para desempenharem cabalmente a sua função, principalmente no troço Mirandela/Carvalhais.

Desde a aquisição daquelas travessas e até à data não foi feita a projetada e necessária intervenção, pelo que, neste momento, quase todas as travessas adquiridas ainda se encontram em stock. Assim sendo e no contexto da dissolução da empresa, pode muito bem acontecer não ser possível recuperar a totalidade do investimento feito na compra das travessas em apreço, podendo até acontecer só se recuperar um valor marginal do mesmo.

Por conseguinte e considerando que o valor de compra das travessas, sem IVA, ascendeu a 30.480,00 €, podemos estar em presença de uma perda relevante.

Acrescenta-se que o Conselho de Administração não está em condições de estimar a perda que do exposto poderá decorrer, estando ainda a equacionar o destino certo deste ativo.

7 - Instrumentos financeiros:

7.1 — Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas na contabilização de instrumentos financeiros.

- a) Todos os ativos e passivos financeiros encontram-se escriturados pelo seu custo;
- b) A entidade encontra-se em incumprimento, desde há muito tempo, com relação ao pagamento de um fornecimento de equipamento básico que lhe foi efetuado. O valor do débito nestas condições em 31/12/2018 ascende a 1.726.409,99 €.

7.2 – Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica do capital próprio.

10

Rua D. Afonso III, 5 370 – 408 Mirandela * Telefone e Fax: 278 265 752 *

Capital Social 125.000 € Contribuinte n.º 503 518 794

E-mail: metro_mirandela_cmm@yahoo.com

Handwritten signatures and initials:
 J.R.
 Z. F. ...
 P.
 A.S.

(valores expressos em euros)

Movimentos ocorridos nas rubricas do capital próprio	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Totais
Saldo 31.12.2016 (01.01.2017)	125 000,00			(1 712 926,70)		(4 355,55)	(1 592 282,25)
Aumentos (reduções) do capital							
Aquisições (alienações) de quotas próprias							
Realização (reembolso) de outros instrumentos de capital próprio							
Primeira adoção da Norma Contabilística para Microentidades							
Correções de erros de períodos anteriores							
(Distribuições) de resultados e reservas				(4 355,55)		4 355,55	
Entradas para cobertura de perdas							
Aplicação do resultado líquido do período anterior						1 254,97	1 254,97
Resultado líquido do período							
...							
Saldo 31.12.2017 (01.01.2018)	125 000,00			(1 717 282,25)		1 254,97	(1 591 027,28)
Aumentos (reduções) do capital							
Aquisições (alienações) de quotas próprias							
Realização (reembolso) de outros instrumentos de capital próprio							
Primeira adoção da Norma Contabilística para Microentidades							
Correções de erros de períodos anteriores							
(Distribuições) de resultados e reservas				1 254,97		(1 254,97)	
Entradas para cobertura de perdas							
Aplicação do resultado líquido do período anterior						(24 434,72)	(24 434,72)
Resultado líquido do período							
...							
Saldo 31.12.2018	125 000,00			(1 716 027,28)		(24 434,72)	(1 615 462,00)

8 – Benefícios dos empregados:

Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras.

O número médio de empregados nos dois últimos períodos foi de 6.

9 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

9.1 – Honorários respeitantes ao Fiscal Único (sem IVA).

Handwritten signature and initials:
 J. L. F. Almeida
 #7

(valores expressos em euros)

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2018			Período 2017		
	Honorários faturados	Efeitos das periodizações	Totais	Honorários faturados	Efeitos das periodizações	Totais
Revisão legal das contas	3 600,00		3 600,00	3 600,00		3 600,00
Serviços de garantia de fiabilidade						
Consultoria fiscal						
Outros serviços						
Totais	3 600,00		3 600,00	3 600,00		3 600,00

Os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer tipo de remuneração na empresa.

9.2 – Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

Não existem quaisquer dívidas nestas condições (quer à AT, Segurança Social, quer aos trabalhadores).

10 - Outras divulgações:

10.1 - Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:

Quantia dessas operações e natureza da relação com as partes relacionadas.

A informação constante deste ponto refere-se aos negócios estabelecidos entre a entidade e os seus acionistas (CP e Município de Mirandela). Tais negócios reportam-se aos serviços prestados por aquela a estes, no decurso normal das suas operações.

Handwritten signature and initials

(valores expressos em euros)

Transações com as partes relacionadas		Período 2018		Período 2017	
		Prest. Serviços	...	Prest. Serviços	...
Empresa-mãe	Acionista maioritário	4 609,44		4 010,37	
	Subtotais	4 609,44		4 010,37	
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Acionista minoritário	195 882,00		195 882,00	
	Subtotais	195 882,00		195 882,00	
Subsidiárias	...				
Subtotais					
Associadas	...				
Subtotais					
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...				
Subtotais					
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...				
Subtotais					
Outras partes relacionadas	...				
Subtotais					
Totais		200 491,44		199 892,37	

(valores expressos em euros)

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respectivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas		Período 2018					Período 2017						
		Saldos pendentes em 31/12/2018			Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período	Saldos pendentes em 31/12/2017			Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período
		Cientes corrente	Financiamentos obtidos	Outros credores	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período		Cientes corrente	Financiamentos obtidos	Outros credores	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período	
Empresa-mãe	Acionista maioritário	556,00	(20 825,68)				353,00	(40 825,68)					
	Subtotais	556,00	(20 825,68)				353,00	(40 825,68)					
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Acionista minoritário	20 077,91		(1 726 409,99)					(1 719 242,01)				
	Subtotais	20 077,91		(1 726 409,99)					(1 719 242,01)				
Subsidiárias	...												
Subtotais													
Associadas	...												
Subtotais													
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...												
Subtotais													
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...												
Subtotais													
Outras partes relacionadas	...												
Subtotais													
Totais		20 633,91	(20 825,68)	(1 726 409,99)			353,00	(40 825,68)	(1 719 242,01)				

O valor inscrito no Balanço na rubrica “Outras credores” respeita, quase todo ele, ao débito da entidade ao acionista CP (mencionado na tabela supra, enquanto acionista minoritário) decorrente da aquisição de quatro automotoras, a que acresce o valor dos juros que este periodicamente debita àquela sobre o capital em dívida resultante da dita aquisição.

Dr.
Z. Freire
M
B

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros			31.12.2018			31.12.2017		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
	Subtotais							
	Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado menos imparidade	Cientes	20 633,91		20 633,91	3 790,00	(1 228,31)	2 561,69
		E. O. E. P.	1 272,46		1 272,46	13 916,51		13 916,51
		Outros ativos correntes	416,98		416,98	196 894,21		196 894,21
		Caixa e depósitos bancários	172 436,90		172 436,90	10 140,31		10 140,31
		Investimentos financeiros	363,22		363,22	245,08		245,08
	Subtotais		195 123,47		195 123,47	224 986,11	(1 228,31)	223 757,80
	Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo	...						
	Subtotais							
Totais		195 123,47		195 123,47	224 986,11	(1 228,31)	223 757,80	
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
	Subtotais							
	Passivos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado	Fornecedores	11 338,12		11 338,12	64 039,32		64 039,32
		E. O. E. P.	67 753,78		67 753,78	4 170,37		4 170,37
		Outros passivos correntes	1 741 463,87		1 741 463,87	1 736 542,86		1 736 542,86
		...						
	Subtotais		1 820 555,77		1 820 555,77	1 804 752,55		1 804 752,55
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	Financiamentos obliados	20 825,68		20 825,68	40 825,68		40 825,68
		Subtotais	20 825,68		20 825,68	40 825,68		40 825,68
	Totais		1 841 381,45		1 841 381,45	1 845 578,23		1 845 578,23

c) Detalhe das contas de acréscimos e diferimentos;

(valores expressos em euros)

Acréscimos e Diferimentos		Período 2018	Período 2017
Acréscimos de rendimentos	Serviços prestados à CP		195 882,00
	Serviços a faturar à CMM	416,98	699,06
	Totais	416,98	196 581,06
Acréscimos de gastos	Remunerações	11 385,00	10 152,45
	Juros	3 009,63	2 997,28
	Seguros		2 669,38
	Trabalhos especializados		600,00
Totais		14 394,63	16 419,11
Gastos a reconhecer	Seguros	315,98	313,15
	...		
Totais		315,98	313,15
Rendimentos a reconhecer	...		
	Totais		

15

Rua D. Afonso III, 5 370 – 408 Mirandela * Telefone e Fax: 278 265 752 *

Capital Social 125.000 € Contribuinte n.º 503 518 794

E-mail: metro_mirandela_cmm@yahoo.com

Handwritten signatures and initials:
 H.R.
 Z. Almeida
 M.
 A.F.

d) *Detalhe do rédito;*

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2018			Período 2017		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	223 259,23	100,00%	(1,97%)	227 742,18	100,00%	(13,12%)
Juros						
Royalties						
Dividendos						
Totais	223 259,23	100,00%	(1,97%)	227 742,18	100,00%	(13,12%)

e) O Conselho de Administração está bem ciente das condições em que a sociedade se encontra na perspetiva do Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, considerando o valor dos seus Capitais Próprios à data de 31/12/2018. Porém, não está em causa o pagamento dos passivos assumidos nesta data nem à data do Balanço, sendo certo que a dívida à CP terá de ser objeto de tratamento particular e especial.

Mirandela, 14 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração

Handwritten signatures of the Board of Administration:
 Lídia Rodrigues
 Z. Almeida

O Contabilista Certificado

Handwritten signature of the Certified Accountant:
 Maria do Nascimento

Handwritten signature:
 A. L. João Ferreira



Entidade: METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2017

Unidade monetária: €

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio					
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outras instruções de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		Total	Interesses que não controlam			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	7	125 000,00						(1 717 282,25)						(1 592 282,25)		(1 592 282,25)	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																	
Primeira adoção de novo referencial contabilístico																	
Alterações de políticas contabilísticas																	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																	
Realização de excedentes de revalorização																	
Excedentes de revalorização																	
Ajustamentos por impostos diferidos																	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																	
	2																
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7															1 254,97	
RESULTADO INTEGRAL																1 254,97	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																	
Realizações de capital																	
Realizações de prémios de emissão																	
Distribuições																	
Entradas para cobertura de perdas																	
Outras operações																	
	5																
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	7	125 000,00						(1 717 282,25)								1 254,97	(1 591 027,28)

Handwritten signatures and initials:
 Filipe Rodrigues
 António Luís
 J. J.

Mário de Sousa
O.C.C.

Filipe Rodrigues
O Conselho de Administração

Handwritten signature:
Filipe Rodrigues

Handwritten signature:
António Luís

Handwritten signatures and initials:
 J.R.
 Z. Freitas
 A.F.

Entidade: METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.



Balço em 31 de dezembro de 2018 (modelo ME)

Unidade monetária: €

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2018	31.12.2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4 ; 6	30 480,00	30 480,00
Investimentos financeiros	10	363,22	245,08
		30 843,22	30 725,08
Ativo corrente			
Clientes	10	20 633,91	2 561,69
Estado e outros entes públicos	10	1 272,46	13 916,51
Diferimentos	10	315,98	313,15
Outros ativos correntes	3 ; 10	416,98	196 894,21
Caixa e depósitos bancários	10	172 436,90	10 140,31
		195 076,23	223 825,87
Total do ATIVO		225 919,45	254 550,95
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	7	125 000,00	125 000,00
Resultados transitados	7	(1 716 027,28)	(1 717 282,25)
		(1 591 027,28)	(1 592 282,25)
Resultado líquido do período	7	(24 434,72)	1 254,97
Total do CAPITAL PRÓPRIO	7	(1 615 462,00)	(1 591 027,28)
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	10	11 338,12	64 039,32
Estado e outros entes públicos	10	67 753,78	4 170,37
Financiamentos obtidos	10	20 825,68	40 825,68
Outros passivos correntes	7; 10	1 741 463,87	1 736 542,86
		1 841 381,45	1 845 578,23
Total do PASSIVO		1 841 381,45	1 845 578,23
Total do CAPITAL PRÓPRIO e do PASSIVO		225 919,45	254 550,95

Filipe Rodighiero
 O Conselho de Administração

Mário do Nascimento
 O CC

Handwritten signatures:
 Z. Freitas
 A. L. ...

Dr. Z. Almeida
AL

Entidade: METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.



Demonstração dos resultados por naturezas (modelo ME)

Período findo em 31 de dezembro de 2018

Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
			2018	2017
Vendas e serviços prestados	+	10	223 259,23	227 742,18
Fornecimentos e serviços externos	-	9	(130 830,09)	(119 819,94)
Gastos com o pessoal	-		(111 519,78)	(100 461,29)
Imparidade (perdas/reversões)	-/+		1 228,31	
Outros rendimentos	+		2 619,24	2 410,81
Outros gastos	-		(1 846,20)	(281,37)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		(17 089,29)	9 590,39
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(17 089,29)	9 590,39
Gastos de financiamento (líquidos)	+		(7 180,33)	(7 418,99)
Resultado antes de impostos	=		(24 269,62)	2 171,40
Imposto sobre o rendimento do período	-/+		(185,10)	(916,43)
Resultado líquido do período	=	7	(24 434,72)	1 254,97

Júlia Rodrigues
O Conselho de Administração

Mário do Nascimento
O CC

Z. Almeida
António Luís João Martins, s. fil.

R. Z. F. M. M.
A. J. S.

Entidade: METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

Demonstração individual de fluxos de caixa

Período findo em 31 de DEZEMBRO de 2018



Unidade monetária: €

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	+	488 860,19	36 280,80
Pagamentos a fornecedores	-	(194 313,18)	(83 353,36)
Pagamentos ao pessoal	-	(110 378,07)	(99 627,08)
Caixa gerada pelas operações	+/-	184 168,93	(146 699,64)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	(1 187,71)	2 547,82
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	(442,89)	(17 583,86)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	182 538,33	(161 735,68)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-		
Ativos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-	241,74	121,48
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+		
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	(241,74)	(121,48)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	160 000,00	40 825,68
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de Financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	180 000,00	
Juros e gastos similares	-		
Dividendos	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	(20 000,00)	40 825,68
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	162 296,59	(121 031,48)
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	9 10 140,31	131 171,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	9 172 436,90	10 140,31

Júlio Rodrigues
 O Conselho de Administração

Mário do Carmo
 O CC

R. Z. F. M. M.
A. J. S.

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas
Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855
Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte nº 144 315 157

Exercício de 2018

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Srs. Acionistas
da Metropolitan Ligeiro de Mirandela, SA

No cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos o relatório sobre a nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, tudo respeitante ao exercício terminado em 31 de Dezembro de 2018.

Relatório

1. Tendo em consideração as competências e deveres que nos são conferidos pelo disposto nos artigos 420º e 422º do Código das Sociedades Comerciais, procedemos, no cumprimento do mandato que nos foi atribuído:

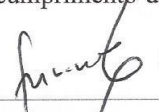
- a) À fiscalização da administração da sociedade;
- b) À vigilância da observância da lei e do contrato de sociedade;
- c) À verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- d) À verificação da exatidão dos documentos de prestação de contas;
- e) À verificação da conformidade dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados com o Sistema de Normalização Contabilística;
- f) À apreciação do Relatório de Gestão do exercício elaborado pelo Conselho de Administração, bem como das propostas que nele constam;
- g) À emissão da Certificação Legal das Contas, datada de 14 de fevereiro de 2019.

2. No desempenho das nossas funções, prevalecemo-nos dos poderes que nos são atribuídos pelo artigo 421º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que, nomeadamente:

- a) Realizámos as verificações de natureza contabilística consideradas adequadas e as verificações físicas entendidas por convenientes;
- b) Obtivemos do Conselho de Administração e dos serviços as informações e esclarecimentos que considerámos necessários.

3. Em consequência de todo o trabalho efetuado, concluímos que:

- a) Os atos praticados pelo Conselho de Administração, que são do nosso conhecimento, enquadram-se no objeto da sociedade e respeitam o cumprimento da lei e do contrato de sociedade;



António Fernando Ledo de Matos

*Revisor Oficial de Contas
Economista*

*Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855
Inscrito na CMVM sob o número 20160479*

Contribuinte nº 144 315 157

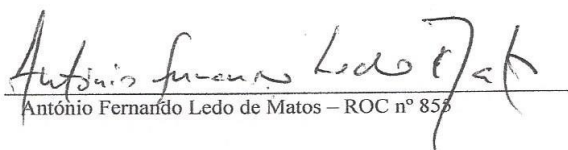
- b) a contabilidade e todos os documentos de prestação de contas (Demonstrações Financeiras) satisfazem os requisitos legais e estatutários;
- c) O relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais, verificando-se a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício;
- d) A continuidade da empresa há muito está em causa, considerando o que se encontra estabelecido para a mobilidade em todo o Vale do Tua. Assim sendo, é certo que a dissolução da empresa está para breve, prevendo-se que tal venha a suceder nos meados do corrente ano, de acordo com a informação prestada pelo Conselho de Administração;
- e) Os acionistas deverão tomar em devida conta as contingências que atingem a entidade, devidamente explanadas no Anexo;

Parecer

4. Do exposto, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2018 apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de Gestão;
- c) Seja feita a apreciação da administração e fiscalização da sociedade, nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Mirandela, 14 de fevereiro de 2019


António Fernando Ledo de Matos – ROC nº 855

António Fernando Ledo de Matos

*Revisor Oficial de Contas
Economista*

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte nº 144 315 157

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2018, (que evidencia um total de 225.919,45 € e um total de Capital Próprio negativo de 1.615.462,00 €, incluindo um Resultado Líquido negativo de 24.434,72 €), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data e o Anexo, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Microentidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Como se deduz da leitura do Balanço reportado a 31/12/2018, o valor dos Capitais Próprios da entidade ascende a -1.615.462,00 €. Este facto configura, como se sabe, uma situação de falência técnica, já que os prejuízos acumulados ao longo da atividade social mais que absorveram o valor do capital realizado e outras componentes positivas do Capital Próprio. Por conseguinte, do ponto de vista financeiro, a continuidade da empresa está completamente posta em causa. De todo o modo, é certo que, efetivamente, a empresa irá ser dissolvida a breve prazo.

Face aos últimos desenvolvimentos relacionados com a mobilidade em torno da Linha do Tua, está praticamente assegurada a dissolução da entidade no decurso dos próximos meses. Como quer que seja, as Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto de que a MLM, SA continuará a laborar numa base de continuidade, sendo certo que se fosse adotado o pressuposto da liquidação, as diferenças seriam irrelevantes, considerando que a maior parte dos Ativos Fixos desta não dispõe de valor líquido contabilístico.



António Fernando Ledo de Matos

*Revisor Oficial de Contas
Economista*

*Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855
Inscrito na CMVM sob o número 20160479*

Contribuinte nº 144 315 157

Ao nível dos Passivos registados no Balanço da empresa, é um facto que esta não terá capacidade para pagar a parcela mais significativa destes e que se encontra concentrada num único credor, a qual ascende a cerca de 1.726.000,00 €. Por conseguinte, numa perspetiva de liquidação, o valor da referida parcela será muito próximo de zero, pelo que se afigura como certo que os acionistas (todos ou um deles) terão de absorver o prejuízo da não realização da referida parcela.

Correm em tribunal vários processos contra a entidade, envolvendo, conjunta e solidariamente, outros réus (pessoas coletivas), cujo valor total ascende a cerca de 297.000 €. Contudo, não foi quantitativamente refletida na contabilidade a potencial responsabilidade que daí possa resultar para a mesma, encontrando-se esta situação devidamente explanada no Anexo.

Está assumido que a empresa não será responsabilizada pelo que é peticionado nessas Ações judiciais, face aos vários considerandos que as rodeiam.

Do mesmo modo, não foi refletida na contabilidade a responsabilidade financeira que para a entidade possa resultar dos Processos indemnizatórios que eventualmente decorram do despedimento dos seus trabalhadores subsequentes à sua dissolução. Esta situação encontra-se igualmente explanada no Anexo, sendo certo que está assumido que não será necessário incorrer nessa responsabilidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

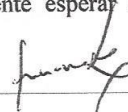
Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Microentidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que



António Fernando Ledo de Matos

*Revisor Oficial de Contas
Economista*

*Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855
Inscrito na CMVM sob o número 20160479*

Contribuinte n.º 144 315 157

influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
 - Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
 - Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Mirandela, 14 de fevereiro de 2019


António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º 85



RELATÓRIO DE GESTÃO

“Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A.”

2018



Conselho de Administração

08-03-2019

AIN – AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M., SA
Tef. 278.945151 – E.mail : agronordeste@sapo.pt – CACHÃO – 5370 MIRANDELA
Capital Social € 2.080.000– Cons. Reg. Com. Mirandela – Matricula e Pessoa Colectiva nº503 193 259



AIN – AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, EIM, SA

Conteúdo

<u>Introdução</u>	<u>3</u>
<u>Estrutura Acionista, Empresas Participadas e Corpos Sociais da A.I.N.....</u>	<u>4</u>
<u>Atividade da A.I.N.....</u>	<u>5</u>
<u>Ativos e Passivos da A.I.N.:</u>	<u>5</u>
<u>Recursos Humanos da A.I.N.:</u>	<u>7</u>
<u>O Futuro da AIN.....</u>	<u>7</u>
<u>Conclusão.....</u>	<u>7</u>



AIN – AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, EIM, SA

Introdução

Considerando o disposto no artigo 65.º do CSC que determina que os membros da administração devem submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas previstos na lei, relativos ao exercício anual, com o encerramento do exercício de 2018 devem ser elaborados os seus relatórios e contas. Uma das peças que compõem o relatório e contas é o relatório de gestão que é da exclusiva responsabilidade dos órgãos de gestão.

O Conselho de Administração é o órgão que está em melhores condições de conhecer a atividade da empresa bem como os objetivos e limitações futuras, pelo que lhe cabe exclusivamente a responsabilidade pela elaboração do relatório de gestão. Dando cumprimento à obrigatoriedade de reporte aos acionistas em Assembleia Geral de Prestação de Contas, e como forma de descrever algumas situações vertidas nas demonstrações financeiras e outras que nelas não constam, é elaborado o presente relatório.

Com o presente documento pretende-se efetuar um relato de suporte à análise das demonstrações financeiras de forma a relevar as principais incidências dignas de registo.

Em 2018 mantiveram-se as dificuldades de tesouraria da AIN, pelo facto do número de empresas arrendatárias ser diminuto, pelo incumprimento e atrasos de pagamento de outros arrendatários mas essencialmente pela dificuldade na venda de imóveis. A empresa tendo como objetivo a revitalização do complexo e o reforço da sua capacidade financeira, manteve à venda a maioria dos seus ativos fixos tangíveis.

Outra das debilidades da AIN advém da necessidade de recuperação da sua participada Matadouro Industrial do Cachão que possui uma situação financeira bastante mais delicada.

Feita a candidatura ao Fundo- Ambiental e esta ter sido aprovada e se ter celebrado um protocolo de colaboração técnica e financeira entre esta entidade e a AIN no valor de 270.000,00€ (duzentos e setenta mil euros), estavam criadas as condições para prosseguir com o processo de resolução deste problema ambiental.

Depois de notificada a empresa Mirapapel e Bionordeste para a retirada dos resíduos, da tomada de posse administrativa dos dois lotes em causa do procedimento concursal designado “ Remoção dos Resíduos Remanescentes no Complexo Agro-Industrial do Cachão”, e do consequente Relatório Final, datado de 20 de Agosto de 2018, foram os trabalhos adjudicados à empresa “FERROVIAL SERVIÇOS, SA”.

Na sequência desta decisão, e não se conformando com tal, foi apresentada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela uma ação de impugnação por parte de um concorrente excluído, a qual legalmente produziu um efeito suspensivo automático de qualquer ato relativo ao procedimento em curso. Tendo em conta a necessidade urgente de se proceder à limpeza dos resíduos remanescentes no Complexo Agro-Industrial do Cachão, bem como o período de vigência até 31 de Dezembro de 2018 previsto inicialmente no Protocolo celebrado entre o Fundo Ambiental e a AIN Agro-Industrial do Nordeste EIM, SA foi por esta entidade apresentado no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela um Requerimento de Pedido de Levantamento do Efeito Suspensivo, tendo o mesmo merecido decisão favorável por parte daquele Tribunal, conforme decisão datada de 01 de Outubro de 2018. Esta decisão permitiu prosseguir com os atos do procedimento, nomeadamente com a assinatura do contrato entre as partes no dia 08 de Outubro de 2018 e o arranque efetivo dos trabalhos no terreno no dia 22 de Outubro de 2018, tendo a partir daí decorrido a bom ritmo.



AIN – AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, EIM, SA

De salientar que a 31 de Dezembro de 2018, encontra-se praticamente concluída a remoção dos resíduos plásticos que estavam depositados no Complexo, faltando proceder à limpeza final dos diversos espaços. Falta também proceder à remoção dos resíduos compostos por RCD's/escombros dos edifícios afetados pelos incêndios, designadamente, elementos de betão, alvenarias de tijolo, telas matérias cerâmicas e elementos perfilados metálicos, estando prevista a execução deste trabalho durante o próximo mês. As quantidades até à data são as que se discriminam:

CÓDIGO LER	QUANTIDADE DE RESÍDUOS REMOVIDOS (Kgs)		
	Outubro	Novembro	Dezembro
19 12 04 Plásticos e borracha	38.120	83.330	345.240
20 03 01 Mistura de resíduos urbanos e equiparados	164.430	2.419.500	228.330
Quantidade removida mensalmente	202.550	2.502.830	573.570
QUANTIDADE TOTAL REMOVIDA EM 2018	3.278.950		

Passaremos de seguida a efetuar uma descrição das situações mencionadas, bem como de outras dignas de registo com respetiva avaliação da evolução ao longo do ano de 2018.

Estrutura Acionista, Empresas Participadas e Corpos Sociais da A.I.N.

O Conselho de Administração é constituído por:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – Manuel Miranda

Secretário – José Manuel Teixeira Alexandre

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente – Eng. Fernando Francisco Teixeira de Barros

Vogal – Dra. Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues

Vogal – Eng. Paulo Manuel Pinto Guedes

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

PKF

A estrutura acionista da A.I.N. mantém-se com as Câmaras Municipais de Mirandela e Vila Flor a deter igualmente 49,10% cada, sendo detentoras da quase totalidade do capital social da sociedade.

A AIN mantém a participação de 100% do Matadouro Industrial do Cachão, que se encontra ainda num processo de venda mas para o qual ainda não foram identificados potenciais investidores.



AIN – AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, EIM, SA

Atividade da A.I.N.

A atividade da A.I.N. continua centrada na promoção de criação de condições de fixação a empresas, seja pela via da venda de espaços, seja pela forma de arrendamento. Para além da atividade mencionada é de relevar o empenhamento e dedicação necessários para a recuperação da sua participada Matadouro Industrial do Cachão, de forma a criar condições favoráveis para que o processo de venda em curso se possa processar nas melhores condições possíveis.

A este propósito e após pela terceira vez na história do Matadouro terem sido apresentados resultados líquidos do exercício positivos, foi consensualizado que seria importante garantir uma transição da atividade da participada Matadouro Industrial do Cachão para a AIN.

Como este processo não se encontra devidamente formalizado por contrato de cedência,acordo de exploração, ou documento equivalente, esta Administração encetou esforços no sentido de se elaborar um estudo técnico que suporte de modo fundamentado a transferência da atividade operacional do MIC para a AIN. Até final do presente ano, ainda não foi possível decidir qual o caminho a seguir, uma vez que o estudo encomendado não está concluído

Na atividade de promoção do património imobiliário para atividades económicas, mantém-se uma grande dificuldade na concretização das vendas com contrato promessa celebrados, bem como na cobrança de alguns valores de arrendamento. Neste momento apenas se mantêm em vigor os contratos com a Lanor, Leicras e o Laboratório Regional de Trás-os-Montes.

No período em análise foi possível continuar o processo de venda do ATL e 1º andar do Lote 25, ainda que para a sua efetivação careça de criação de propriedade horizontal.

Ativos e Passivos da A.I.N.:

A AIN não tem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos, incluindo a Segurança Social.

EMPRESA	VALOR EM DÍVIDA A 31/12/2018 €	OBSERVAÇÕES
LANOR	3.599,49	Valor em dívida relativo a rendas e água mas que tem vindo a ser liquidado.
LEICRAS	8.914,55	Relativo a rendas e água. Empresa sem nenhuma perspetiva de recebimento na reclamação de créditos
TOTAL. .	12.514,04	



AIN – AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, EIM, SA

Por outro lado, existem contratos promessa de compra e venda, já celebrados e que aguardam a realização de escritura e consequente liquidação de valores em falta, sem que tenham em 2018 sofrido qualquer alteração, com exceção do Hélder Fernandes que amortizou 5.000,00€ de acordo com quadro seguinte:

ARTIGO	VALOR VENDA €	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
U892-A	1 500,00€	Caserna Abílio Santos	Falta escritura – Não deve nada
U892-B	1 500,00€	Caserna Aparício Alves	Deve 498,00€
U892-C	2 000,00€	Caserna Pedro Seixas	Deve 997,60
U357	16 000,00€	Casa 17 – antigo ATL	Contrato compra e venda A ser paga em prestações 250,00€/mês
U508	-	Casa 117 – "Natália" Renda 29,38€	Amortizava c/trabalhos de limpeza, desde 2008 não amortiza por falta saúde
U888	11 000,00€	Lote 25 – 1º Andar	Falta Propriedade Horizontal
U876	13 281,00€	Lote 12 – Soduol	Falta escritura
U720	7 500,00€	Antigo Infantário	1/2 Junta - 1/2 Escuteiros Falta escritura e respetivo recebimento

ENTIDADES	VALOR A RECEBER A 31/12/2017 €	VALOR A RECEBER A 31-12-2018 €	OBSERVAÇÕES
RESTAURANTE FONTES	23.062,50	23.062,50	De difícil resolução.
BIONORDESTE LOTE 3	236.800,00	236.800,00	De difícil resolução.
MIRAPAPEL LOTE 29	2.407,19	2.407,19	Valor em dívida referente a um terreno anexo ao lote comprado
HÉLDER FERNANDES UGEIRA	30.000,00	25.000,00	Foi celebrado acordo de liquidação da quantia em dívida que nunca foi cumprido.
TOTAL...	292.269,69	287.269,69	



AIN – AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, EIM, SA

ARTIGO	V.PATRIMONIAL €	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
U370	33.507,33	Central Elevatória Rio	
U679	21.220,00	Cantina Antiga Rio	Devoluta
U938	219.387,00	Barragem	Penhorada Segurança Social
U987	42.030,00	Terreno "SACOR" frente ao Complexo	Terreno p/construção 8900m2
R1789	5,39	2ª fase Bairro	1/7 de 4200m2

Recursos Humanos da A.I.N.:

Para além dos corpos sociais, a sociedade é apoiada por 2 funcionários, um diretor de serviços e uma secretária de direção que também apoiam nos trabalhos da sua participada Mic.

O Futuro da AIN

O projeto da Agro - Industrial do Nordeste continua a ser, em nosso entender, estratégico para os concelhos de Mirandela e Vila Flor e cumulativamente para a região.

Encontram-se reunidos no espaço do Complexo Agro-Industrial do Cachão, condições únicas para a implementação de empresas industriais ou de outra área de atividade, pela quantidade de espaços disponíveis, bem como da existência de infraestruturas indispensáveis à atividade empresarial. Desde logo destacamos a dotação durante o ano de 2012 de uma rede de gás natural que percorre todo o complexo, permitindo às empresas aí instaladas a imediata ligação sem necessidade de investimentos extraordinários.

Também destacar o licenciamento do complexo como loteamento industrial, que por si só, permite também, associado à disponibilidade de edifícios a rápida instalação de indústrias e/ou outras empresas de diferentes setores de atividade.

Importante para um futuro melhor, foi a resolução definitiva dos problemas resultantes dos incêndios ocorridos no complexo.

Conclusão

Por tudo o descrito, é esta Administração do entendimento que o projeto AIN tem espaço para evoluir e criar valor acrescentado à região, fundado no supracitado.

Considerando que o resultado líquido do exercício é no ano de 2018 positivo, com um EBITA de 136.720,56€ e o resultado líquido do exercício de 101.936,50€, assumiremos como nosso desiderato a continuidade de obtenção de resultados financeiros positivos mas acima de tudo, o que mais procuraremos será a promoção do Complexo Industrial do Cachão como polo de desenvolvimento regional, procurando para tal a resolução das problemáticas que neste momento ainda se lhe deparam.



AIN – AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, EIM, SA

Propomos assim aos acionistas, a aprovação do relatório de gestão e demonstrações financeiras apresentadas, levando o resultado líquido do exercício no valor de 101.936,50€, sendo 96 8369,68€ para a conta resultados transitados e para reservas legais o valor de 5 096,82 €.

Aos 8 de Março de 2019

O Conselho de Administração



AIN – AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, EIM, SA

PARTICIPAÇÃO DE ACCIONISTAS

Os Acionistas abaixo referenciados estão nas condições do nº4 do Artigo 448 do Código das Sociedades Comerciais.

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA – 1.021.360 ações – 49,10%

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR – 1.021.360 ações – 49,10%

AIN – AGRO-INDÚSTRIAL DO NORDESTE, EIM, SA
CACHÃO
NIF : 503193259

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2018

Balço individual em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em euros)

	NOTAS	31-12-2018	31-12-2017
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos Fixos Tangíveis	3/6	279.229,13	256.354,19
Propriedades Investimento	3/8	0,00	0,00
Activos Intangíveis	3/5	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	3/13	0,00	3.227,63
		279.229,13	259.581,82
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	3	0,00	2.783,44
Clientes	3/14	243.477,56	195.888,60
Estado e Outros Entes Públicos	3/18	11.454,17	5.985,52
Outros Ativos financeiros	3/14	77.500,00	42.500,00
Outros Créditos a Receber	3/14	1.778.563,46	1.826.336,52
Diferimentos	3/14	1.386,82	4.365,34
Activos não Correntes Detidos p/ Venda	3/11	2.177.295,20	2.177.295,20
Caixa e Depósitos Bancários	3/4	162.463,42	17.656,82
		4.452.140,63	4.272.811,44
TOTAL DO ACTIVO		4.731.369,76	4.532.393,26
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Subscrito	3/14	2.080.000,00	2.080.000,00
Outras Reservas	3/14	78.903,58	78.903,58
Resultados Transitados	3/14	48.863,65	2.293,65
Ajustamentos em Activos Financeiros	3/14	(433.613,53)	(433.613,53)
Excedentes Revalorização	3/14	1.097.340,91	1.097.340,91
Outras Variações no Capital Próprio	3/14	600.877,90	600.877,90
		3.472.372,51	3.425.802,51
Resultado Líquido do Período	3/14	101.936,50	46.570,00
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		3.574.309,01	3.472.372,51
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos Obtidos	3/14	400.360,34	400.360,34
Outras Dívidas a Pagar	3/14	362.820,18	362.820,18
		763.180,52	763.180,52
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	3/14	180.499,44	119.062,24
Estado e Outros Entes Públicos	3/18	26.213,24	32.019,73
Financiamentos Obtidos	3/14	34.373,77	34.373,77
Outros Passivos Financeiros	3/14	100.052,06	111.384,49
Diferimentos	3/14	52.741,72	0,00
		393.880,23	296.840,23
TOTAL DO PASSIVO		1.157.060,75	1.060.020,75
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		4.731.369,76	4.532.393,26

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2018	2017
Vendas e serviços prestados	3/10	599.006,60	571.297,43
Subsídios á exploração	3/10	397.258,28	74.714,00
Ganhos/Perdas em subsid., associadas e empreendimentos conj.		0,00	0,00
Custo das mercad. vendidas e mat. consumidas:			
Mercadorias	3	0,00	-2.290,89
Fornecimentos e serviços externos	3/18	-819.756,21	-531.418,72
Gastos com pessoal	3/15	-61.329,26	-59.976,91
Imparidades de dívidas a receber(perdas/reversões)	3/14	25.180,76	-15.369,65
Provisões(aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade Invest. n/ depreciables/amortização(perdas/reversões)		0,00	0,00
Outros rendimentos	3/18	33.887,40	52.313,23
Outros gastos	3/18	-37.527,01	-32.361,28
Resultado antes de depreciações, gastos de financiam. e impostos		136.720,56	56.907,21
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3/18	-20.527,06	-7.041,20
Imparidades de invest. depreciáv./amortizações(perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiam. e impostos)		116.193,50	49.866,01
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	3/7	0,00	-785,74
Resultado antes de impostos		116.193,50	49.080,27
Imposto sobre rendimento do período	3/14	-14.257,00	-2.510,27
Resultado líquido do período	14	101.936,50	46.570,00

Demonstração das Alterações no Capital Próprio a 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Capital Realizado	Ajustamentos em activos financeiros	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido Período	Outras variações CP	Excedentes de Revaloriz.	Total Capital Próprio
Posição no Início Período 2017	2.080.000,00	-433.613,53	78.903,58	-570,57	2.864,22	600.877,90	1.097.340,91	3.425.802,51
Resultado líquido do período					46.570,00			46.570,00
Alterações no Período								0,00
Distribuição resultados								0,00
Primeira adopção do novo referencial contabilístico								0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00		0,00	2.864,22		0,00		2.864,22
Posição no fim do período 2017	2.080.000,00	-433.613,53	78.903,58	2.293,65	49.434,22	600.877,90	1.097.340,91	3.475.236,73
								0,00
Resultado líquido do período					101.936,50			101.936,50
Operações com detentores do capital próprio								0,00
Realização do capital								0,00
Realização de prémios de emissão								0,00
Distribuição								0,00
Outras operações				46.570,00	-46.570,00			0,00
								0,00
Posição no fim do período 2018	2.080.000,00	-433.613,53	78.903,58	48.863,65	101.936,50	600.877,90	1.097.340,91	3.574.309,01

Demonstração dos Fluxos de Caixa a 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em euros)

	NOTAS	2018	2017
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		601.779,16	520.703,69
Pagamentos a fornecedores		-786.892,90	-420.763,20
Pagamentos ao pessoal		-58.197,45	-62.186,37
Caixa geradora pelas operações		-243.311,19	37.754,12
Pagamento/recebimento do imposto s/ rendimento		2.735,65	-2.395,93
Outros recebimentos/pagamentos		404.801,51	2.334,02
Fluxo de caixa das actividades operacionais [1]		164.225,97	37.692,21
Fluxo de caixa das actividades investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-27.169,37	-10586,53
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		7.750,00	22.500,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e proveitos similares			
Fluxo de caixa das actividades investimento [2]		-19.419,37	11.913,47
Fluxo de caixa das actividades financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização capital e de outros inst, capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-34.057,14
Juros e custos similares		0,00	-785,74
Dividendos			
Redução capital e de outros inst, capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxo de caixa das actividades financiamento [3]		0,00	-34.842,88
Variações de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		144.806,60	14.762,80
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		17.656,82	2.894,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	162.463,42	17.656,82

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Índice

1. Identificação da Entidade	Pág. 7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	Pág. 7
3. Principais Políticas Contabilísticas	Pág. 8
3.1 Bases de mensuração	Pág. 8
3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro	Pág. 12
3.3 Principais fontes de incerteza	Pág. 13
4. Fluxos de Caixa	Pág.13
5. Activos Intangíveis	Pág.13
6. Activos Fixos Tangíveis	Pág.14
7. Custos de Empréstimos Obtidos	Pág.14
8. Imparidade de Activos	Pág.15
9. Investimentos em Associadas	Pág.15
10. Réditos	Pág.15
11. Activos não correntes detidos para venda	Pág.16
12. Acontecimentos Após a Data do Balanço	Pág.16
13. Imposto Sobre o Rendimento	Pág.16
14. Instrumentos Financeiros	Pág.17
15. Benefícios dos empregados	Pág.19
16. Partes relacionadas	Pág.19
17. Subsídios e Apoios do Governo	Pág.20
18. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais	Pág.20

1. Identificação da Entidade

Ain–Agro-Indústrial do Nordeste, SA (adiante designada apenas por AIN), constituída em 1993, com a sua sede social no Complexo do Cachão - Cachão registada na Conservatória do Registo Comercial de Mirandela e n.º de contribuinte 503 193 259, tendo atualmente como atividade principal o comércio por grosso de outros produtos alimentares n.e. e, secundárias, a cessão de exploração e arrendamento de espaços e unidades fabris, potenciando o desenvolvimento de atividades comerciais e industriais e o abate de gado.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- . Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela lei nº 20/2010 de 23 de Agosto, decreto-lei nº 36-A/2011, de 9 de março, leis nºs 66-B/2012, de 31 dezembro, 83-C/2013 de 31 dezembro e decreto-lei nº 98/2015 de 2 junho ;
- . Aviso nº15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- . Portaria nº 986/2009, de 7 setembro, alterada pela Portaria nº 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- . Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas);
- . Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do regulamento nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo IASB e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida. As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo,

utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos na Portaria nº 220/2015, de 24 de julho, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2 – Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 - Indicação e comentário das contas do Balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2018 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2017.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis compreendem despesas incorridas com estudos e projectos industriais e comerciais, encontrando-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidades acumuladas quando previstas. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a empresa, se forem por este controlável e se o respectivo valor puder ser medido com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o seu período de vida útil estimado.

b) Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis utilizados em produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicáveis, excepto para os bens transferidos em Outubro de 1993, para efeitos do Acordo de Credores do Ex - Caica em que se consideram valores de avaliação nos termos do art.º 28º do Código das Sociedades Comerciais, para os edifícios e outras construções adquiridos até 2002, valores reavaliados e o terreno (barragem), tendo por base o VPT, constituindo-se uma reserva de reavaliação livre no valor de 1.092.305,50. As amortizações destes bens foram feitas à taxa

regulamentar de 2.5% atendendo à pouca ou nula actividade que os mesmos tiveram no ano.

Os activos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, a partir da data em que se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4
Outros activos fixos tangíveis	4

c) Imparidades em activos

É efectuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios de imparidade, a AIN procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda de imparidade. Nas situações em que o activo individualmente não gera cash-flows de forma independente de outros activos, a estimativa do valor recuperável é efectuada para a unidade geradora de caixa a que o activo pertence. Activos intangíveis de vida útil definida são sujeitos a testes de imparidades anuais ou sempre que se verifica existirem indícios de que a mesma exista. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos para vender) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já

não se verificam ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração do rendimento integral.

Esta reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido proporcionalmente à participação nos capitais próprios dessa empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, a quantia escriturada das participações financeiras é ajustado anualmente pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos em activos financeiros". Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição da quantia escriturada dos investimentos financeiros.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, excepto nos casos em que estes sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

f) Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e outros devedores são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido. A perda por imparidade destes activos é registada quando existe evidência objectiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo ou custo amortizado, deduzido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente. Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo ou custo amortizado. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção, independentemente da forma legal que assumem.

v) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

vi) Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. São revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

g) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo.

h) Rédito e especialização do exercício

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços e juros, decorrentes da actividade da Empresa, são reconhecidos líquidos do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos na demonstração de resultados.

i) Subsídios

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que a AIN cumprirá as obrigações inerentes e o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante o período em que são reconhecidos os custos que eles visam compensar.

j) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis. Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço.

l) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de férias e natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável. Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

m) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda se a respectiva quantia escriturada for realizável através de uma transação de venda e não pelo seu uso continuado, situação que se verifica quando a venda é provável e o activo está disponível para venda imediata nas suas actuais condições. São mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o respectivo justo valor deduzido dos custos expectáveis com a sua venda.

3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos activos e passivos no próximo período.

4. Fluxos de caixa

4.1. Caixa e equivalentes

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentava-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa	349,57	619,92
Depósitos bancários	162.113,85	17.036,90
Total	162.463,42	17.656,82

5. Activos intangíveis

Movimentos ocorridos nas rubricas dos Activos intangíveis e nas respectivas amortizações.

Activo Intangível					
Descrição	Saldo em 31-12-2017	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e Transferências	Saldo 31-12-2018
Projectos de desenvolvimento	91.896,78				91.896,78
Total	91.896,78	0,00	0,00	0,00	91.896,78
Amortizações Acumuladas					
Descrição	Saldo em 31-12-2017	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e Transferências	Saldo 31-12-2018
Projectos de desenvolvimento	91.896,78				91.896,78
Total	91.896,78	0,00	0,00	0,00	91.896,78
Activo intangível líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6. Activos fixos tangíveis

6.1 Movimentos ocorridos nas rubricas dos Activos fixos tangíveis e nas respectivas amortizações.

Descrição	Saldo em 31-12-2017	Aumentos e Reavaliações	Abates e alienações	Correcções e Transferências	Saldo 31-12-2018
Terrenos e recursos naturais	216.804,59				216.804,59
Edifícios e outras construções	243.124,06				243.124,06
Equipamento básico	811.282,97				811.282,97
Equipamento transporte	83.767,76	43.402,00			127.169,76
Equipamento administrativo	31.123,72				31.123,72
Outros activos fixos tangíveis	6.635,86				6.635,86
Investimentos em curso	0,00				0,00
Adiantamentos por conta de investimentos	0,00				0,00
Total	1.392.738,96	43.402,00	0,00	0,00	1.436.140,96
Depreciações Acumuladas					
Descrição	Saldo em 31-12-2017	Aumentos e Reavaliações	Abates e alienações	Correcções e Transferências	Saldo 31-12-2018
Edifícios e outras construções	215.334,91	6.388,18			221.723,09
Equipamento básico	811.282,97			0,00	811.282,97
Equipamento transporte	72.007,31	14.138,88			86.146,19
Equipamento administrativo	31.123,62			0,00	31.123,62
Outros activos fixos tangíveis	6.635,96			0,00	6.635,96
Total	1.136.384,77	20.527,06	0,00	0,00	1.156.911,83
Activo tangível líquido	256.354,19	22.874,94	0,00	0,00	279.229,13

7. Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos nos exercícios de 2018 e 2017 reconhecidos como gastos foram os seguintes:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Juros de financiamentos obtidos	0,00	742,06
Outros juros	0,00	43,68
Total	0,00	785,74

8. Imparidade de activos

Movimentos ocorridos nas rubricas de activos e imparidades verificadas:

Activos				
Descrição	Saldo em 31-12-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-12-2018
Clientes	323.536,84	0,00	138.659,55	184.877,29
Partes de capital	296.461,41			296.461,41
Total	619.998,25	0,00	138.659,55	481.338,70

Perdas por imparidades acumuladas				
Descrição	Saldo em 31-12-2017	Aumentos	Reversões	Saldo 31-12-2018
Clientes	210.058,05	0,00	25.180,76	184.877,29
Partes de capital	296.461,41			296.461,41
Total	506.519,46	0,00	25.180,76	481.338,70

O valor contabilizado na rúbrica de perdas por imparidade acumuladas-Clientes, refere-se a dívidas de clientes em contencioso e clientes - créditos em mora pela aplicação de 100% dos referidos saldos.

9. Investimentos em associadas e subsidiárias

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica de outros activos financeiros, tinha a seguinte composição

FIRMA E SEDE	CAPITAL DETIDO %	CAPITAIS PRÓPRIOS 2018	CAPITAIS PRÓPRIOS 2017
Empresas associadas: - Matadouro Industrial Cachão, Lda Cachão - Mirandela	100%	-2.164.352,69	-2.252.039,92

10. Réditos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Vendas	270.060,75	275.048,98
Prestações de serviços	328.945,85	296.248,45
Subsídios á exploração(a)	397.258,28	74.714,00
Total	996.264,88	646.011,43

- (a) O aumento verificado nos subsídios á exploração deve-se á obtenção do subsídio do Fundo Ambiental para retirada dos resíduos resultantes dos incêndios verificados no Complexo em 2013 e 2016.

11. Activos não correntes detidos para venda

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica era composta como se segue:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Terrenos e recursos naturais	566.376,22	566.376,22
Edifícios e outras construções	1.610.918,98	1.610.918,98
Total	2.177.295,20	2.177.295,20

A empresa, tendo como objetivo a revitalização do complexo e o reforço da sua capacidade financeira, colocou à venda a maioria dos seus ativos fixos tangíveis.

12. Acontecimentos após a data do balanço

12.1 Acontecimentos após a data do balanço que não deram origem a ajustamentos

. Após o termo do exercício a até á presente data não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgações nas contas do exercício.

12.2. Aprovação das contas pelo Conselho de Administração

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 08/03/2019. Contudo, as mesmas estão sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas nos termos da legislação em vigor em Portugal.

13. Impostos sobre o rendimento

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rúbrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Imposto sobre o rendimento do período	11.029,37	5.737,90
Imposto diferido	3.227,63	-3.227,63
Total	14.257,00	2.510,27

14. Instrumentos Financeiros

14.1 Activos e passivos financeiros

a) Clientes, Acionistas e Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a conta de clientes e outras contas a receber tinham a seguinte composição:

Clientes	31-12-2018	31-12-2017
Clientes conta corrente	243.477,56	82.409,81
Clientes Cobrança Duvidosa	184.877,29	323.536,84
Perdas por Imparidades Acumuladas	-184.877,29	-210.058,05
Total	243.477,56	195.888,60

Acionistas/Sócios	31-12-2018	31-12-2017
Município de Mirandela	77.500,00	42.500,00
Município de Vila Flor	0,00	0,00
Total	77.500,00	42.500,00

Outras Contas a Receber	31-12-2018	31-12-2017
Devedores - Vendas imobilizado e outros	427.202,90	425.140,73
Outros devedores - Matadouro Cachão SA	1.351.360,56	1.401.195,79
Total	1.778.563,46	1.826.336,52

b) Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de diferimentos eram compostas como se segue:

Gastos a reconhecer	31-12-2018	31-12-2017
Seguros	1.309,86	1.260,13
Outros gastos	76,96	3.105,21
Total	1.386,82	4.365,34

Rendimentos a reconhecer	31-12-2018	31-12-2017
Fundo ambiental-subsídios a receber	52.741,72	0,00
	0,00	0,00
Total	52.741,72	0,00

c) Capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de capital próprio tinha a seguinte composição:

Descrição	Saldo em 31-12-2017	Aplicação	Resultado líquido	Saldo em 31-12-2017
Capital (a)	2.080.000,00			2.080.000,00
Reservas legais	0,00			0,00
Outras reservas (b)	78.903,58			78.903,58
Resultados transitados (c)	2.293,65	46.570,00		48.863,65
Outras variações no capital próprio (d)	1.264.605,28			1.264.605,28
Resultado líquido do exercício	46.570,00	(46.570,00)	101.936,50	101.936,50
Total	3.472.372,51	0,00	101.936,50	3.574.309,01

(a) O capital realizado da empresa é representado por 2.080.000 acções nominativas de valor unitário de 1 euro. Para cumprimento do Artº 35 do CSC e por deliberação da assembleia geral foi reduzido o capital social da empresa.

b) O valor contabilizado em outras reservas, refere-se ao acerto da liquidação do Ex-Caica (75.251,49) e acerto de valores por redução do capital (3.652,09).

c) O valor contabilizado na rubrica de resultados transitados, refere-se á aplicação de resultados positivos.

d) O valor contabilizado na rubrica de outras variações no capital próprio, refere-se a, ajustamentos em ativos financeiros-equivalência patrimonial (-433.613,53), excedentes de reavaliação de ativos fixos (+1.097.340,91) e subsídios para investimentos e autarquias (+600.877,90).

d) Fornecedores, Financiamentos, Acionistas e Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas tinham a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Passivos não correntes		
Financiamentos obtidos-Inst.Crédito	400.360,34	400.360,34
Acionistas/Sócios	362.820,18	362.820,18
Total	763.180,52	763.180,52
Passivos correntes		
Fornecedores	180.499,44	119.062,24
Financiamentos obtidos-Inst.Crédito	34.373,77	34.373,77
Pessoal - remunerações a pagar	8.923,61	6.970,37
Credores p/ acêscimos de gastos	76.348,95	101.235,72
Fornecedores imobilizado	14.779,50	3.178,40
Total	314.925,27	264.820,50

15. Benefícios dos empregados

15.1. Gastos com pessoal

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de gastos com o pessoal, apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Remunerações	49.370,48	48.932,20
Encargos sobre remunerações	10.636,59	10.200,15
Seguro acidentes no trabalho e doenças profissionais	804,56	804,56
Custos de acção social	50,00	40,00
Outros gastos com o pessoal	467,63	0,00
Total	61.329,26	59.976,91

15.2 Número médio de trabalhadores

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o número médio de trabalhadores, tinha a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Administração	3	3
Serviços Administrativos	2	2
Total	5	5

15.3 Remuneração atribuída ao órgão social

A remuneração atribuída ao órgão social, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, ascenderam a 2.400,00€ e 4.254,36€ respectivamente.

16. Partes relacionadas

As transações e saldos entre partes relacionadas de 2018 e 2017 são os seguintes:

Associadas	2018			2017		
	Aq.AFT	Dev.Div.	Reemb.G.	Vendas	Dev.Div.	Sub-Cont.
Matadouro I.Cachão, SA	18.102,00	1.351.360,56	352.261,56	0,00	1.401.195,79	11.879,58
Total	18.102,00	1.351.360,56	352.261,56	0,00	1.401.195,79	11.879,58

17. Subsídios e apoios do Governo

A empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras em 2018 e 2017 os seguintes subsídios do governo:

Descrição	2018			2017		
	Capital Próprio	Passivo	Demost. Resultados	Capital Próprio	Passivo	Demost. Resultados
Câmara M. Mirandela	297.000,00		90.000,00	297.000,00		13.800,00
Câmara M. Vila Fiôr	294.000,00		90.000,00	294.000,00		13.800,00
Subs. Invest./Outros	9.877,90		217.258,28	9.877,90		47.114,00
Total	600.877,90	0	397.258,28	600.877,90	0,00	74.714,00

18. Divulgações exigidas por diplomas legais

18.1 Honorários - ROC

Os honorários facturados no exercício findo em 2018 pelo Revisor Oficial de Contas, relacionados com a Revisão Legal das Contas foram de 2.400 Euros (Sem Iva), idêntico ao ano de 2017.

18.2 Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, tinha a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Imposto sobre rendimento pessoas colectivas:		
Pagamentos por conta(PEC)	0,00	0,00
Retenções na fonte	0,00	658,88
Iva a recuperar	11.454,17	5.326,64
Total Activo	11.454,17	5.985,52

Retenção e impostos sobre rendimento	8.220,81	1.044,00
IVA a pagar	2.340,63	14.589,97
Contribuições para a Segurança Social	2.176,02	2.013,67
Imposto Municipal Imóveis	13.475,78	14.372,09
Total Passivo	26.213,24	32.019,73

A empresa não tem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos, Incluindo à Segurança Social.

18.3 Garantias prestadas

À data de 31/12/2018, os compromissos financeiros da empresa que não figuram no balanço são:

a) - Hipotecas a favor do Novo Banco sob lotes constituídos por terrenos e edifícios no valor de 750.000,00.

18.4. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Electricidade	67.413,91	56.854,98
Combustíveis	26.491,05	20.964,82
Subcontratos	0,00	11.879,58
Gás	46.277,76	47.507,43
Material de escritório	767,06	669,70
Rendas	6.116,94	5.075,12
Comunicação	1.903,46	2.273,95
Seguros	2.437,33	1.739,26
Contencioso e notariado	9.164,50	7.141,95
Deslocação e Estadas	10.826,62	7.945,99
Reparações	33.810,16	27.079,24
Publicidade	0,00	0,00
Trabalhos especializados(a)	340.231,95	257.250,92
Outros fornecimentos e serviços(b)	274.315,47	81.502,80
Total	819.756,21	527.885,74

a) O aumento verificado na rúbrica de trabalhos especializados refere-se à contabilização da cedência de pessoal do MIC, 12 meses em 2018 e 9 em 2017, pela internalização da atividade do matadouro na AIN.

b) O aumento verificado na rúbrica de outros fornecimentos e serviços refere-se à contabilização em 2018 dos gastos com a retirada dos resíduos causados pelos incêndios.

18.5 Outros rendimentos e gastos operacionais

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de outros ganhos e perdas operacionais apresentava a seguinte composição:

Outros rendimentos e ganhos		
Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Rendimentos suplementares	31.624,13	43.963,10
Descontos p.p obtidos	0,93	12,26
Rendimentos e ganhos em invest. não financeiros	0,00	3.324,01
Correcções exercício anteriores	74,02	209,78
Restituição de impostos	2.187,44	4.804,08
Imputação subsídios p/ investimentos	0,00	0,00
Outros proventos e ganhos não especificados	0,88	0,00
Total	33.887,40	52.313,23
Outros gastos e perdas		
Impostos	31.935,08	30.051,99
Donativos	0,00	0,00
Correcções exercicios anteriores	331,17	2.203,01
Quotizações	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Aplicação método equivalência patrimonial	0,00	0,00
Insuficiência estimativa para impostos	0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos n/ financeiros	0,00	0,00
Multas e penalidades	5.190,52	33,17
Outros gastos e perdas	70,24	73,11
Total	37.527,01	32.361,28

18.6 Amortizações e depreciações

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Propriedades de investimento		
Edifícios e outras construções	0,00	0,00
SubTotal	0,00	0,00
Activos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	6.388,18	6.388,18
Equipamento transporte	14.138,88	653,03
Equipamento administrativo	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	0,00	0,00
SubTotal	20.527,06	7.041,21
Activos intangíveis		
SubTotal		
Total	20.527,06	7.041,21

Cachão, 08 de Março de 2019.

O Contabilista Certificado :

(Victor Magalhães)

O Conselho de Administração :

(Presidente: Fernando Barros)

(Vogal: Júlia Rodrigues)

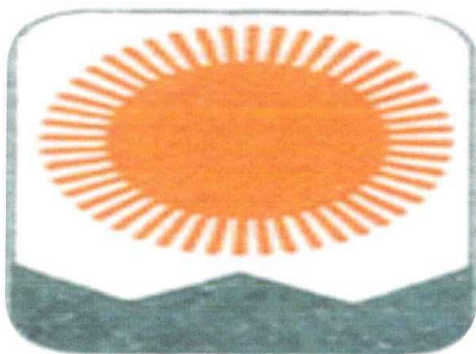
(Vogal: Paulo Guedes)



RELATÓRIO DE GESTÃO

“Matadouro Industrial do Cachão, SA”

2018



Conselho de Administração

8-03-2019

MATADOURO – INDUSTRIAL DO CACHÃO, S.A.
Tef. 278.945151 – Email: agronordeste@sapo.pt CACHÃO – 5370 MIRANDELA
Capital Social € 500.000 – Cons. Reg. Com. Mirandela - Matric e Pessoa Colectiva nº507868285



MATADOURO INDUSTRIAL DO CACHÃO, SA

Conteúdo

<u>Introdução.....</u>	<u>3</u>
<u>Corpos Sociais do M.I.C.....</u>	<u>4</u>
<u>Atividade do M.I.C.....</u>	<u>4</u>
<u>Ativos e Passivos do M.I.C.:</u>	<u>10</u>
<u>Recursos Humanos do M.I.C.:</u>	<u>11</u>
<u>Conclusão:.....</u>	<u>11</u>



MATADOURO INDUSTRIAL DO CACHÃO, SA

Introdução

Considerando o disposto no artigo 65.º do CSC que determina que os membros da administração devem submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas previstos na lei, relativos ao exercício anual, com o encerramento do exercício de 2018 devem ser elaborados os seus relatórios e contas. Uma das peças que compõem o relatório e contas é o relatório de gestão que é da exclusiva responsabilidade dos órgãos de gestão.

O Conselho de Administração é o órgão que está em melhores condições de conhecer a atividade da empresa bem como os objetivos e limitações futuras, pelo que lhe cabe exclusivamente a responsabilidade pela elaboração do relatório de gestão. Dando cumprimento à obrigatoriedade de reporte aos acionistas em Assembleia Geral de Prestação de Contas, e como forma de descrever algumas situações vertidas nas demonstrações financeiras e outras que nelas não constam, é elaborado o presente relatório.

As dificuldades do Matadouro Industrial do Cachão (M.I.C.) continuam a existir, devido sobretudo ao excessivo volume de dívidas a fornecedores e passivo financeiro já transitados de anteriores administrações.

De ressaltar das demonstrações financeiras o facto de em 2018 se registar um EBITDA positivo de 158.942,30€ e um resultado líquido de 85.438,43 e uma redução do passivo da empresa de 133.263,02€ . Ainda assim, continua a existir trabalho pela frente no sentido de melhorar o mapa de exploração da empresa no caminho para uma definitiva viabilização do Matadouro Industrial do Cachão.

Importa aqui sim, verificar perspetivas futuras e exercer uma análise crítica do trabalho desenvolvido que continuamos a acreditar que se traduz na inversão da tendência negativa que assolava o Matadouro Industrial do Cachão com a introdução de uma nova dinâmica que cremos possa vir a confirmar a viabilização do equipamento, essencial no desenvolvimento económico da região.

Dia 20 Dezembro 2018, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) determinou a suspensão da atividade das linhas de abate de bovinos e pequenos ruminantes do MIC, na sequência de uma operação de fiscalização, alegando que na base da decisão está a degradação da estrutura como consequência da falta de manutenção.

As obras a realizar consistiam “na colocação de tubagem nova, pintura de paredes, tetos e chão, pintura das linhas de abate, substituição de ventilação (não exigida pela ASAE, mas foi feita) eletrocutores e portas”.

Para que a estrutura ficasse rapidamente à disposição da região, dada a sua importância, já que os outros matadouros existentes não têm capacidade de resposta, foram desencadeados procedimentos para que o processo fosse célere.

De acordo com o número do ano anterior, “no período em que esteve encerrado, o Matadouro do Cachão deixou de abater cerca de 2500 animais”.



MATADOURO INDUSTRIAL DO CACHÃO, SA

Corpos Sociais do MIC.

- MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – Manuel Miranda

Secretário – José Manuel Teixeira Alexandre

- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente – Dra. Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues

Vogal – Eng. Fernando Francisco Teixeira de Barros

Vogal – Eng. António Alfredo Teixeira Neves

- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS PKF

– Representada por -Dr. Luis Miguel Barros Martins Damas ROC nº1326

Atividade do Matadouro Industrial do Cachão (M.I.C.)

Como forma de avaliação do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, mantém-se, a exemplo de exercícios anteriores, ilustrações gráficas da evolução da atividade de abate e quais os reflexos que esta atividade teve do ponto de vista do mapa de exploração da empresa.

Em termos de abate de bovinos adultos obteve-se uma ligeira diminuição, já no abate de bovinos adolescentes registou-se uma estabilização.

Em relação aos leitões tem-se verificado ao longo dos anos uma pequena oscilação, já no que se refere aos suínos tem sido sempre a aumentar. É de realçar que este abate refere-se na quase totalidade à raça Bísara para as fábricas de enchidos.

Quanto aos pequenos ruminantes, só o abate de cabritos e cabras se mantém constantes já os cordeiros, borregos e ovelhas têm grande oscilação derivado estar dependente de um cliente que só ele representa 85% do abate desta espécie.

Os gráficos seguintes refletem a diferença de abates nos últimos exercícios e com valores em quilogramas. As situações expostas são evidenciáveis nos mapas apresentados.



MATADOURO INDUSTRIAL DO CACHÃO, SA

BOVINOS -Total anual (kg)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Bovinos Adultos	556.234,28	549.540,38	623.280,87	644.230,83	718.495,42	726.149,80
Bovinos Adolescentes	488.722,08	521.668,69	588.595,15	741.682,03	729.521,60	671.303,48
TOTAL	1.044.956,36	1.071.209,07	1.211.876,02	1.385.912,86	1.448.017,02	1.397.453,28

BOVINOS

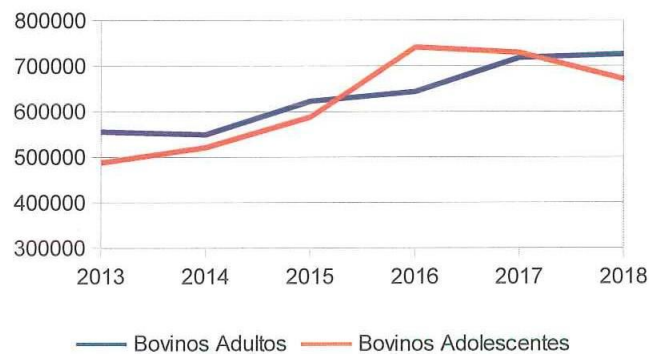


Gráfico 1 – Variação Abates de Bovinos em Kgs de 2013 a 2018



MATADOURO INDUSTRIAL DO CACHÃO, SA

SUÍNOS -Total anual (kg)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Suínos	18.364,31	71.793,61	48.310,07	95.566,64	124.528,60	137.652,22
Leitões	29.017,10	11.286,75	11.146,21	15.151,87	22.098,79	25.714,93
TOTAL	47.381,41	83.080,36	59.456,28	110.718,51	146.627,39	163.367,15

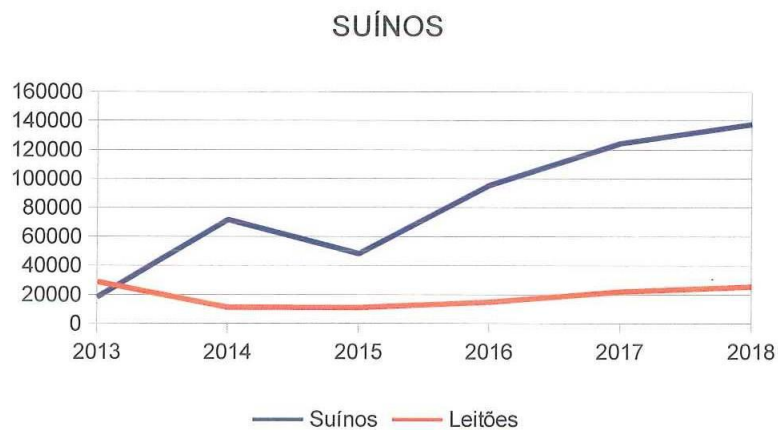


Gráfico 2 – Variação Abates de Suínos em Kgs de 2013 a 2018



MATADOURO INDUSTRIAL DO CACHÃO, SA

PEQUENOS RUMINANTES - Total anual (kg)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Cordeiros	11.550,27	16.992,89	33.292,94	29.082,47	16.184,06	12.839,66
Borregos	19.492,39	20.892,41	61.759,29	57.764,52	31.724,16	44.077,24
Ovelhas	708,34	2.824,15	6.447,51	3.799,36	28.109,82	25.166,84
Cabritos	10.244,52	6.429,57	8.721,50	9.856,14	11.046,84	10.727,35
Caprinos	20,87	1.734,69	3.011,23	2.806,61	4.733,00	7.610,38
TOTAL	42.016,39	48.873,71	113.232,47	103.309,10	91.797,88	100.421,47

PEQUENOS RUMINANTES

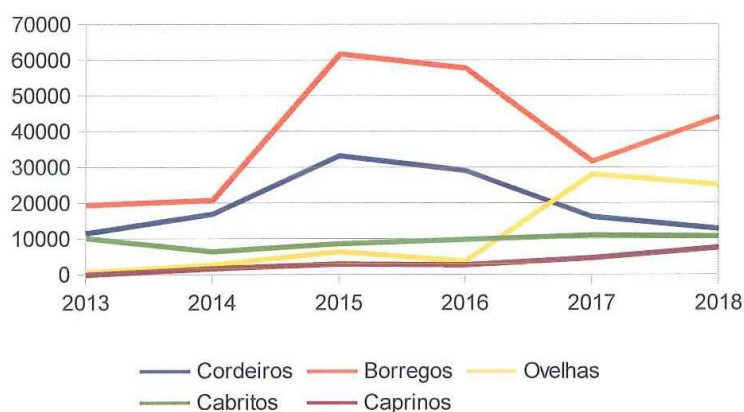


Gráfico 3 – Variação do abates de Pequenos Ruminantes em Kgs de 2013 a 2018

Nos próximos gráficos vamos refletir o volume de abate de bovinos entre clientes nos dois anos anteriores. Aqui o cliente Miranvilhos não reflete bem a realidade atual uma vez que abatia bastante em nome dos talhantes.



MATADOURO INDUSTRIAL DO CACHÃO, SA

BOVINOS 2017 – cabeças mensais

CLIENTES	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAIS	Δ%
TALHOS	239	221	201	284	267	209	352	378	228	295	247	247	3168	47,59
NORGADOS	120	99	96	97	125	132	214	187	145	170	114	120	1619	24,32
MIRANOVILOS	50	49	52	58	53	41	68	99	43	51	42	61	667	10,02
VILA REAL	72	59	53	52	95	49	58	58	29	49	39	54	667	10,02
MOGADOURO	47	29	47	31	42	35	46	70	24	74	43	48	536	8,05
TOTAIS	528	457	449	522	582	466	738	792	469	639	485	530	6657	100

2018 – cabeças mensais

CLIENTES	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAIS	Δ%
TALHOS	240	227	275	299	229	232	331	364	206	262	231	211	3107	48,48
NORGADOS	128	104	111	131	97	99	147	176	121	147	103	82	1446	22,56
MIRANOVILOS	47	41	49	61	38	58	93	121	74	69	57	52	760	11,86
VILA REAL	36	39	54	54	60	68	82	58	36	50	46	29	612	9,55
MOGADOURO	49	19	26	32	38	41	52	42	41	75	39	30	484	7,55
TOTAIS	500	430	515	577	462	498	705	761	478	603	476	404	6409	100

BOVINOS 2017

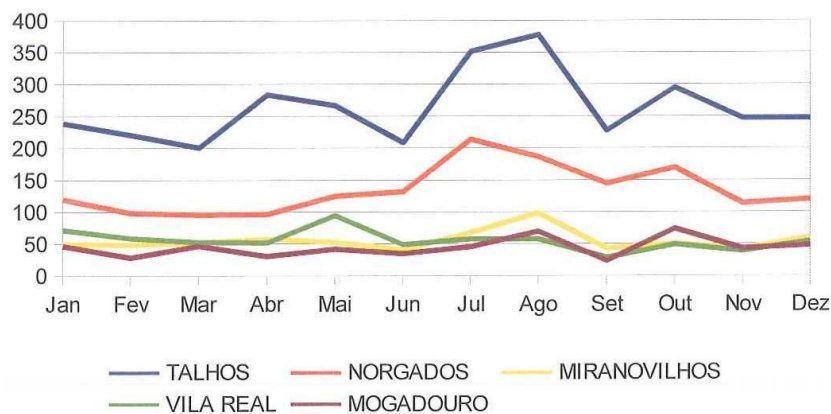


Gráfico 4 – Variação de Abates de Bovinos em cabeças em 2017



MATADOURO INDUSTRIAL DO CACHÃO, SA

BOVINOS 2018

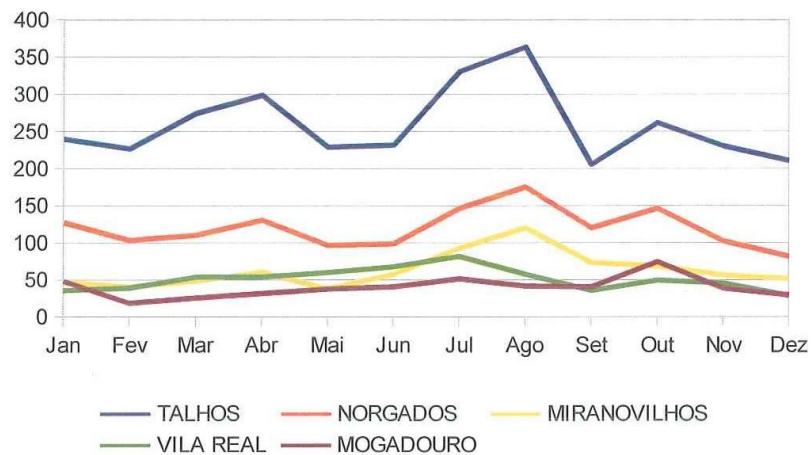


Gráfico 5 – Variação de Abates de Bovinos em cabeças em 2018

VARIAÇÃO DE PREÇO DOS COUROS E PELES

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
COUROS	0,23 €	0,22 €	0,22 €	0,22 €	0,22 €	0,20 €	0,18 €	0,18 €	0,18 €	0,18 €	0,18 €	0,18 €
PELES	0,29 €	0,27 €	0,27 €	0,27 €	0,27 €	0,25 €	0,23 €	0,23 €	0,23 €	0,23 €	0,23 €	0,23 €

VARIAÇÃO DE PREÇO DOS COUROS E PELES





MATADOURO INDUSTRIAL DO CACHÃO, SA

Ativos e Passivos do Matadouro Industrial do Cachão (M.I.C.)

ARTIGO	V.PATRIMONIAL €	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
U683	1.809.017,23	Matadouro – área coberta 12000m ² área descoberta 9000m ²	Penhora Novo Banco
R773	84.059,73	ETAR – 9600m ²	Penhora Novo Banco
R749	94,12	Horta 2371m ²	Penhora Novo Banco

Como referido já anteriormente, a intervenção na melhoria dos resultados de exploração da empresa poderá não ser suficiente para a sua viabilização pelo enorme volume de situações de dívidas a fornecedores e financeiras. A dívida a fornecedores, Segurança Social e ao Novo Banco mantém-se extremamente elevada para que possa ser resolvida em pouco tempo. Esta situação exige um esforço de negociação com os credores de forma a serem obtidos acordos de médio prazo que possam liquidar definitivamente tais dívidas.

Existem alguns credores com acordos extra judiciais que não poderão ser negligenciados.

Existem dívidas à Autoridade Tributária e à Segurança Social, mas mantém-se a ser escrupulosamente cumpridos os acordos alcançados.

Existe duas outras situações em curso relativa a pagamento de taxas SIRCA e apuramento de IVA, pagamento este contestado juridicamente pelo Matadouro.

Apesar de serem assuntos referente ao exercício de 2019, mas sendo conhecidos à data do presente relatório não poderíamos deixar de focar:

1 – Dia 2019-02-22 fomos informados pela nossa advogada no Porto Dra. Ana Vaz de que ganhamos o processo relativo ao IVA no valor de 112 000,00€. No entanto informou ainda que a autoridade tributária poderia ainda recorrer, o que veio a acontecer dia 2019-03-01. Contudo está esperçada na nossa vitória.

2 – Dia 2019-03-25 voltamos a receber outra boa notícia, esta relativa ao processo das taxas Sirca no valor de 113 071,00€ esta sim definitiva sem possibilidade de recurso.

Para 2019 importará trabalhar um acordo com o credor Pedro Barradas, o maior do Matadouro, que tem mantido uma postura inexecutável perante a sua situação de credor e que será de todo merecida a resolução definitiva da sua situação no exercício de 2019.

A evolução da redução da dívida pode ser verificada nas demonstrações financeiras, ainda que estas não consigam demonstrar o trabalho de negociação com os credores e devedores que tem vindo a ser executado, uma vez que contabilisticamente algumas das dívidas a fornecedores apenas se possam dar como quitadas no final dos pagamentos prestacionais.



MATADOURO INDUSTRIAL DO CACHÃO, SA

Recursos Humanos do M.I.C.:

A sociedade continua a ser apoiada por 26 efetivos, dos quais uma diretora de produção, 2 administrativos e 23 operacionais. O volume atual de encargos com os funcionários cifra-se agora nos 28.000,00€ mensais incluindo regalias e descontos obrigatórios para sistemas de proteção social e finanças.

A estrutura laboral, tal como está neste momento, apresenta níveis de rendimento e produtividade bastante satisfatória, ainda que possa ainda evoluir mais. Para isto tem contribuído a constante colaboração e diálogo entre todos os colaboradores e o Diretor da AIN, que tem procurado incentivar o trabalho de todos os colaboradores com base num acompanhamento de proximidade e disponibilidade, bem como o trabalho da diretora de produção que se tem mostrado incedível nas suas funções.

Conclusão:

Com este relatório de gestão procurou-se demonstrar o trabalho executado durante o exercício de 2018 na senda da viabilização do Matadouro Industrial do Cachão.

Este trabalho que assentou essencialmente em manter a clientela e tentar aumentá-la tem vindo a ser um dos fatores fundamentais para a prossecução dos objetivos, criando uma dinâmica de revitalização do equipamento e sua consequente afirmação como estrutura regional de suporte à atividade pecuária.

Reiteramos neste momento, o especial agradecimento aos acionistas o empenho como colaboraram no trabalho desenvolvido, bem como aos trabalhadores do Matadouro Industrial do Cachão, sem os quais não teria sido possível a caminhada que tem vindo a ser percorrida.

Após vários exercícios com valores de EBITDA negativos, o Matadouro Industrial do Cachão apresenta no exercício de 2018 e pelo terceiro ano consecutivo um EBITDA positiva de 158.942,30€ e um resultado líquido de 85.438,43€, importa ainda ressaltar que o passivo da empresa foi reduzida em 133.263,02€, resultados estes que nos transmitem confiança no rumo que tem vindo a ser seguido e nos dá alento para o trabalho que se encontra por realizar.

Pelo exposto, propomos aos digníssimos acionistas a aprovação do relatório de gestão e demonstrações financeiras apresentadas, levando o resultado líquido do exercício positivo no valor de 85.438,43€ para a conta resultados transitados.

Aos 8 de Março de 2019

O Conselho de Administração



MATADOURO INDUSTRIAL DO CACHÃO, SA

PARTICIPAÇÃO DE ACCIONISTAS

Os Acionistas abaixo referenciados estão nas condições do nº4 do Artigo 448 do Código das Sociedades Comerciais.

AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE E.I.M., S.A. – 10.000 ações – 100,00%

MATADOURO – INDUSTRIAL DO CACHÃO, S.A. 12
Tef. 278.945151 – Email: agronordeste@sapo.pt CACHÃO – 5370 MIRANDELA
Capital Social € 500.000 – Cons. Reg. Com. Mirandela - Matric e Pessoa Colectiva nº507868285

MATADOURO INDÚSTRIAL CACHÃO, SA
CACHÃO
NIF: 507868285

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2018

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em euros)

	NOTAS	31-12-2018	31-12-2017
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos Fixos Tangíveis	3/6	518.493,27	563.105,88
Activos por Impostos Diferidos	3/13	0,00	2.398,04
Outros Investimentos Financeiros	3/17	119,38	119,38
		518.612,65	565.623,30
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	3/9	0,00	0,00
Clientes	3/13	730,12	6.233,01
Estado e Outros Entes Públicos	3/16	1.654,67	3.434,04
Outros Créditos a Receber	3/13	42.165,24	40.617,04
Diferimentos	3/13	4.920,12	0,00
Caixa e Depósitos Bancários	3/4		0,00
		49.470,15	50.284,09
TOTAL DO ACTIVO		568.082,80	615.907,39
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Subscrito	3/13	500.000,00	500.000,00
Outras Reservas			0,00
Resultados Transitados	3/13	(3.222.327,07)	(3.313.294,07)
Ajustamentos em Activos Financeiros		0,00	0,00
Excedentes Revalorização	3/13	470.287,15	470.287,15
Outras Variações no Capital Próprio		0,00	0,00
		(2.252.039,92)	(2.343.006,92)
Resultado Líquido do Período	3/13	85.438,43	90.967,00
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		(2.166.601,49)	(2.252.039,92)
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Estado e Outros Entes Públicos	3/16	82.800,93	79.582,26
Financiamentos Obtidos	3/13	367.683,00	367.683,00
		450.483,93	447.265,26
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	3/13	722.893,13	794.471,43
Estado e Outros Entes Públicos	3/16	75.347,51	97.086,51
Financiamentos Obtidos	3/13	70.000,00	70.000,00
Outros Passivos Financeiros	3/13	1.415.959,72	1.459.124,11
Diferimentos		0,00	0,00
		2.284.200,36	2.420.682,05
TOTAL DO PASSIVO		2.734.684,29	2.867.947,31
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		568.082,80	615.907,39

Demonstração individual dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2018	2017
Vendas e serviços prestados	3/10	0,00	73.943,84
Subsídios à exploração	3/10	180.000,00	248.400,00
Custo das mercad. vendidas e mat. consumidas:			
Matérias Consumidas	3/9	0,00	-7.610,02
Fornecimentos e serviços externos	3/16	-6.304,74	-138.457,28
Gastos com pessoal	3/14	-335.639,36	-327.345,85
Imparidades de dívidas a receber(perdas/reversões)	3/13	-2.795,71	-11.419,22
Provisões(aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade Invest. não deprec./amortizações(perdas/reversões)		0,00	0,00
Outros rendimentos	3/16	359.689,13	332.647,36
Outros gastos	3/16	-36.007,02	-33.860,81
Resultado antes de depreciações, gastos de financiam. e impostos		158.942,30	136.298,02
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3/16	-32.710,84	-37.732,91
Imparidades de Invest. Deprec./amortizações(perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos financ.. e impostos)		126.231,46	98.565,11
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	3/8	-28.502,97	-1.561,44
Resultado antes de impostos		97.728,49	97.003,67
Imposto sobre rendimento do período	3/12	-12.290,06	-6.036,67
Resultado Líquido do Período	13	85.438,43	90.967,00

Demonstração das Alterações no Capital Próprio a 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Capital Realizado	Ajustamentos em activos financeiros	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido Período	Outras variações CP	Excedent. de Revaloriz.	Total Capital Próprio
Posição no Início Período 2017	500.000,00	0,00	0,00	-3.417.102,56	103.808,49	0,00	470.287,15	-2.343.006,92
Resultado líquido do período					90.967,00			90.967,00
Alterações no Período								0,00
Distribuição resultados								0,00
Primeira adopção do novo referencial contabilístico								0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				103.808,49	-103.808,49			0,00
Posição no fim do período 2017	500.000,00	0,00	0,00	-3.313.294,07	90.967,00	0,00	470.287,15	-2.252.038,92
								0,00
Resultado líquido do período					85.438,43			85.438,43
								0,00
Operações com detentores do capital próprio								0,00
Realização do capital								0,00
Realização de prémios de emissão								0,00
Distribuição			0,00					0,00
Outras operações				90.967,00	-90.967,00			0,00
								0,00
Posição no fim do período 2018	500.000,00	0,00	0,00	-3.222.327,07	85.438,43	0,00	470.287,15	-2.166.601,49

Demonstração dos Fluxos de Caixa a 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em euros)

	NOTAS	2018	2017
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		361.188,11	485.164,32
Pagamentos a fornecedores		-80.403,16	-232.453,27
Pagamentos ao pessoal		-333.784,50	-324.067,03
Caixa geradora pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-12.084,51	-6.347,95
Outros recebimentos/pagamentos		46.982,06	114.256,27
Fluxo de caixa das actividades operacionais [1]		-18.102,00	36.552,34
Fluxo de caixa das actividades investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			-66,95
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		18.102,00	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e proveitos similares			
Fluxo de caixa das actividades investimento [2]		18.102,00	-66,95
Fluxo de caixa das actividades financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização capital e de outros inst. capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			-35.000,00
Juros e custos similares			-1.561,44
Dividendos			
Redução capital e de outros inst. capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxo de caixa das actividades financiamento [3]		0,00	-36.561,44
Variações de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		-0,00	-76,05
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		0,00	76,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	0,00	0,00

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Índice

1. Identificação da Entidade	Pág. 7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	Pág. 7
3. Principais Políticas Contabilísticas	Pág. 8
3.1 Bases de mensuração	Pág. 8
3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro	Pág.13
3.3 Principais fontes de incerteza	Pág.13
4. Fluxos de Caixa	Pág.14
5. Activos Intangíveis	Pág.14
6. Activos Fixos Tangíveis	Pág.15
7. Locações	Pág.15
8. Custos de Empréstimos Obtidos	Pág.15
9. Inventários	Pág.16
10. Réditos	Pág.16
11. Acontecimentos Após a Data do Balanço	Pág.16
12. Imposto Sobre o Rendimento	Pág.17
13. Instrumentos Financeiros	Pág.17
14. Benefícios dos Empregados	Pág.19
15. Partes Relacionadas	Pág.19
16. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais	Pág.20
17. Outros Investimentos Financeiros	Pág. 22

1. Identificação da entidade

Matadouro Industrial do Cachão, SA (adiante designado apenas por MIC), foi constituído em 2006, com a sua sede social no Complexo do Cachão - Cachão registada na Conservatória do Registo Comercial de Mirandela e n.º de contribuinte 507868285, atualmente com a atividade principal o abate de gado .Tendo como objetivo a promoção de ganhos de eficiência e eficácia a atividade operacional do

matadouro industrial foi internalizado desde Abril de 2017 na AIN, SA, detentora de 100% do capital do MIC.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- .Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela lei nº 20/2010 de 23 de Agosto, decreto-lei nº 36-A/2011, de 9 de março, leis nºs 66-B/2012 de 31 dezembro, 83-C/2013 de 31 dezembro e decreto-lei nº 98/2015 de 2 junho;
- .Aviso nº15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- .Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro, alterada pela portaria nº 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- .Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas);
- .Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), antes referidas, em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do regulamento nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo IASB e respectivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspectos particulares das transacções realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida. As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras

previstos na Portaria nº 220/2015 de 2 de junho, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2 – Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 - Indicação e comentário das contas do Balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2018 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2017.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis compreendem despesas incorridas com a propriedade de programas informáticos, estudos e projectos industriais e comerciais, encontrando-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidades acumuladas quando previstas. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a empresa, se forem por este controláveis e se o respectivo valor puder ser medido com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o seu período de vida útil estimado.

b) Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis utilizados em produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicáveis, excepto para os

terrenos e edifícios e outras construções, valores reavaliados, tendo por base o VPT, constituindo-se uma reserva de reavaliação livre no valor de 470.287,15. Os activos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, a partir da data em que se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4
Outros activos fixos tangíveis	4

c) Imparidades em activos

É efectuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios de imparidade, o MIC procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda de imparidade. Nas situações em que o activo individualmente não gera cash-flows de forma independente de outros activos, a estimativa do valor recuperável é efectuada para a unidade geradora de caixa a que o activo pertence. Activos intangíveis de vida útil definida são sujeitos a testes de imparidades anuais ou sempre que se verifica existirem indícios de que a mesma exista. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos para vender) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não se verificam ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração do rendimento integral.

Esta reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

d) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer. Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como activo, na rubrica “ Financiamentos Obtidos”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e as depreciações do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

e) Inventários

Os inventários são registados ao valor de custo de aquisição da última factura. Os custos dos inventários incluem todos os custos associados à compra, não incluindo contudo quaisquer custos financeiros.

O método de custeio adoptado para valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

f) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, excepto nos casos em que estes sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

g) Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e outros devedores são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido. A perda por imparidade destes activos é registada quando existe evidência objectiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros.

ii) Empréstimos

Aos empréstimos são registados no passivo ao custo ou custo amortizado, deduzido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente. Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo ou custo amortizado. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção, independentemente da forma legal que assumem.

v) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser

razoavelmente estimado. São revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

i) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo.

j) Rédito e especialização do exercício

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços e juros, decorrentes da actividade da Empresa, são reconhecidos líquidos do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos na demonstração de resultados.

l) Subsídios

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que o MIC cumprirá as obrigações inerentes e o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante o período em que são reconhecidos os custos que eles visam compensar.

m) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não se encontram corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos dado que mesmo existindo diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis não se espera que nos próximos exercícios a empresa gere resultados positivos suficientes para os absorver uma vez que possui resultados fiscais negativos muito avultados. Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço.

n) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de férias e natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável. Os benefícios decorrentes da cessação do

emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem

o) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, caso existam indícios que possam estar em imparidade são registados os gastos ou rendimentos na demonstração dos resultados.

3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras reflectem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos activos e passivos no próximo período.

4. Fluxos de caixa

4.1. Caixa e equivalentes

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentava-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa	0,00	0,00
Depósitos bancários	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

5. Activos Intangíveis

Movimentos ocorridos nas rubricas dos Activos intangíveis e nas respectivas amortizações.

Descrição	Saldo em 31-12-2017	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e Transferências	Saldo 31-12-2018
Propriedade industrial	2.280,00			0,00	2.280,00
Projectos de desenvolvimento	12.804,00				12.804,00
Total	15.084,00	0,00	0,00	0,00	15.084,00

Amortizações Acumuladas

Descrição	Saldo em 31-12-2017	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e Transferências	Saldo 31-12-2018
Propriedade Industrial	2.280,00				2.280,00
Projectos de desenvolvimento	12.804,00				12.804,00
Total	15.084,00	0,00	0,00	0,00	15.084,00
Activo intangível líquido	0,00				0,00

6. Activos Fixos Tangíveis

6.1 Movimentos ocorridos nas rubricas dos Activos fixos tangíveis e nas respectivas depreciações.

Activo Fixo tangível

Descrição	Saldo em 31-12-2017	Aumentos e Reavaliações	Abates e alienações	Correcções e Transferências	Saldo 31-12-2018
Terrenos e recursos naturais	255.567,68				255.567,68
Edifícios e outras construções	652.663,94				652.663,94
Equipamento básico	104.671,65				104.671,65
Equipamento transporte	169.043,84		141.997,10		27.046,74
Equipamento administrativo	16.467,74				16.467,74
Outros activos fixos tangíveis	11.046,99				11.046,99
Adiantamentos por conta de investimentos	0,00				0,00
Total	1.209.461,84	0,00	141.997,10	0,00	1.067.464,74

Depreciações Acumuladas

Descrição	Saldo em 31-12-2017	Aumentos e Reavaliações	Abates e alienações	Correcções e Transferências	Saldo 31-12-2018
Edifícios e outras construções	360.884,77	32.117,41			393.002,18
Equipamento básico	100.814,39	593,43			101.407,82
Equipamento transporte	157.194,67		130.095,33		27.099,34
Equipamento administrativo	16.415,14				16.415,14
Outros activos fixos tangíveis	11.046,99				11.046,99
Total	646.355,96	32.710,84	130.095,33	0,00	548.971,47
Activo tangível líquido	563.105,88				518.493,27

7. Locações

7.1 Activos em locação financeira

A empresa tem ativos fixos tangíveis adquiridos em locação financeira, como se descreve:

Descrição	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Equipamento Básico	25.044,55	25.044,55	0,00
Equipamento Transporte	22.300,00	22.300,00	0,00
Total	47.344,55	47.344,55	0,00

8. Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos nos exercícios de 2018 e 2017 reconhecidos como gastos foram os seguintes:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Juros de financiamentos obtidos	0,00	0,00
Outros juros	28.502,97	1.561,44
Total	28.502,97	1.561,44

9. Inventários

9.1 Quantia total escriturada

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o inventário tinha a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e consumo	0,00	0,00
Produtos acabados	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

9.2. Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, tinha a seguinte distribuição:

Descrição	Mercadorias	
	31-12-2018	31-12-2017
Existências iniciais	0,00	4.564,08
Compras	0,00	3.045,94
Regularização existência	0,00	0,00
Existências finais	0,00	0,00
Total de gastos do período	0,00	7.610,02

10. Réditos das vendas, prestações de serviços e subsídios

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Vendas	0,00	42.111,30
Prestações de serviços	0,00	31.832,54
Subsídios á exploração(a)	180.000,00	248.400,00
Total	180.000,00	322.343,84

(a) Subsídios atribuídos pela AIN, SA conforme contrato-programa estabelecido com os Municípios de Mirandela e Vila Flôr.

11. Acontecimentos após a data do balanço

11.1 Acontecimentos após a data do balanço que não deram origem a ajustamentos

Após o termo do exercício e até á presente data, para além do mencionado no ponto 16.2, não ocorreram acontecimentos subsequentes que implicam, divulgações neste anexo.

11.2. Aprovação das contas pelo Conselho de Administração

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 08/03/2019. Contudo, as mesmas estão sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral de Accionistas nos termos da legislação em vigor em Portugal.

12. Imposto sobre o rendimento

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Imposto sobre o rendimento do período	9.892,02	8.434,71
Impostos diferidos	2.398,04	-2.398,04
Total	12.290,06	6.036,67

13. Instrumentos Financeiros

13.1 Activos e passivos financeiros

a). Clientes, Outras contas a receber e imparidades de activos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a conta de clientes tinha a seguinte composição:

Clientes	31-12-2018	31-12-2017
Clientes conta corrente	730,12	912,67
Clientes cobrança duvidosa	243.421,48	245.946,11
Perdas por imparidade acumuladas	-243.421,48	-240.625,77
Total	730,12	6.233,01

O valor contabilizado na rubrica de perdas por imparidades acumuladas-clientes, refere-se a 100% dos saldos de clientes em contencioso e clientes-créditos em mora. Neste exercício verificou-se um reforço no valor de 2.795,71.

Outras Contas a Receber	31-12-2018	31-12-2017
Devedores diversos	0,00	3,16
Outros acréscimos proveitos	40.935,24	39.383,88
Fornecedores imobilizado	1.230,00	1.230,00
Total	42.165,24	40.617,04

b). Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de diferimentos era composta como se segue:

Gastos a reconhecer	31-12-2018	31-12-2017
Seguros	4.920,12	0,00
Outros gastos	0,00	0,00
Total	4.920,12	0,00

Ativos e passivos por impostos diferidos	31-12-2018	31-12-2017
Ativos por impostos diferidos	0,00	2.398,04
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00
Total	0,00	2.398,04

c). Capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de capital próprio tinha a seguinte composição:

Descrição	Saldo em 31-12-2017	Aplicação	Resultado líquido	Saldo 31-12-2018
Capital (a)	500.000,00			500.000,00
Resultados transitados	(3.313.294,07)	90.967,00		(3.222.327,07)
Outras variações no capital próprio (b)	470.287,15			470.287,15
Resultado líquido do exercício	90.967,00	(90.967,00)	85.438,43	85.438,43
Total	(2.252.039,92)	0,00	85.438,43	(2.166.601,49)

a) O capital da empresa é representado por 10000 acções nominativas de valor unitário de 50 euros. O capital subscrito encontra-se totalmente realizado.

b) A rubrica de outras variações no capital próprio diz respeito a excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis tendo por base o valor patrimonial tributário de terrenos e imóveis.

d). Financiamentos, Fornecedores e Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas tinham a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Passivos não correntes		
Financiamentos obtidos	367.683,00	367.683,00
Total	367.683,00	367.683,00
Passivos correntes		
Fornecedores	722.893,13	794.471,43
Financiamentos obtidos	70.000,00	70.000,00
Pessoal - remunerações a pagar	15.800,92	55.536,55
Credores p/ acréscimos de gastos	48.798,24	5.463,00
Credores diversos	1.351.360,56	1.398.124,56
Total	2.208.852,85	2.323.595,54

14. Benefícios dos empregados

14.1 Gastos com pessoal

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de gastos com o pessoal, apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Remunerações :		
. O. Sociais	2.400,00	4.279,64
. Pessoal	256.666,67	254.502,97
Encargos sobre remunerações	55.004,08	54.302,36
Seguro acidentes no trabalho e doenças profissionais	20.793,61	11.661,41
Custos de acção social	775,00	270,00
Outros gastos com o pessoal	0,00	2.329,47
Total	335.639,36	327.345,85

14.2 Número médio de trabalhadores

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o número médio de trabalhadores, tinha a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Administração	3	3
Serviços Administrativos	2	2
Produção	24	24
Total	29	29

15. Partes relacionadas

As transações e saldos entre partes relacionadas de 2018 e 2017 são os seguintes:

Associadas	2018			2017		
	Vendas AFT	Cred.Div.	Reemb.G.	Serv.P.	Cred.Div.	Reemb.G.
Ain-Agro-Ind. Nordeste SA	18.102,00	1.351.360,56	352.261,56	11.879,58	1.398.124,40	319.618,74
Total	18.102,00	1.351.360,56	352.261,56	11.879,58	1.398.124,40	319.618,74

16. Divulgações exigidas por diplomas legais

16.1 Honorários - ROC

Os honorários facturados no exercício findo em 2018 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a Revisão Legal de Contas foram de 2.400 Euros (Sem Iva), idêntico ao ano de 2017.

16.2 Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, tinha a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Activo Corrente		
Pagamentos por conta(IRC)	0,00	0,00
Valores penhorados	0,00	0,00
Retenção impostos(IRS)	1.213,76	1.220,14
Iva a recuperar	440,91	2.213,90
Total Activo	1.654,67	3.434,04
Passivo não Corrente		
Pagamento especial p/ conta	0,00	
Contribuições p/ segurança social(a)	82.800,93	79.582,26
Total Passivo não Corrente	82.800,93	79.582,26
Passivo Corrente		
IRC a pagar	2.247,06	4.439,55
Retenção de impostos sobre o rendimento	956,00	970,00
IVA a pagar	733,90	0,00
Contribuições para a segurança social	33.457,87	50.726,65
Imposto municipal imóveis	7.099,78	10.097,41
Taxas - SIRCA e FCT	30.852,90	30.852,90
Total Passivo Corrente	75.347,51	97.086,51

a)Este valor refere-se a contribuições para a segurança social incluídos em acordos de pagamentos em prestações.

A empresa em 31.12.2018 tinha em mora dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, referentes a :

- Taxas – Sirca : 30.852,90. Este montante está a ser objeto de penhoras a saldos de clientes. A empresa tem em curso uma reclamação judicial por entender que estão a ser cobradas indevidamente estas taxas.

Em 2016 a empresa foi alvo de inspeção pela AT de âmbito geral referente aos anos de 2012/2013/2014. Desta ação de inspeção resultaram correções diretas e indiretas em sede de IVA relacionadas com transações de peles e couros no total de 132.835,95. A empresa apresentou um pedido de revisão da matéria tributável por não concordar com os fundamentos apresentados, não aceite pela AT, tendo o processo seguido para recurso no Tribunal Administrativo de Mirandela. Em 19/02/2019 a empresa foi informada que a sentença foi considerada procedente pelo TAF.

16.3 Garantias prestadas

A empresa constituiu hipotecas a favor do Novo Banco sob lotes constituídos por terrenos e edifícios no valor de 500.000,00.

16.4 Serviços consumidos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Electricidade	0,00	35.318,31
Combustíveis	0,00	13.961,13
Honorários	0,00	0,00
Gás	0,00	15.195,13
Material de escritório	0,00	1.040,98
Contencioso e notariado	3.242,06	13.350,66
Comunicação	0,00	189,68
Seguros	0,00	1.850,88
Transporte de mercadorias	0,00	0,00
Deslocação e Estadas	0,00	3.561,66
Conservação e Reparações	399,82	12.089,40
Publicidade	0,00	0,00
Trabalhos especializados	2.558,87	4.056,46
Outros fornecimentos e serviços	103,99	37.842,99
Total	6.304,74	138.457,28

16.5 Outros ganhos e perdas operacionais

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de outros ganhos e perdas operacionais apresentava a seguinte composição:

Outros rendimentos e ganhos		
Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Rendimentos suplementares	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em Inv. não financeiros	6.200,23	0,00
Descontos p.pagamento obtidos	0,00	0,97
Correcções exercício anteriores	734,92	13.027,65
Excesso estimativa para impostos	473,28	0,00
Outros rendimentos e ganhos	352.280,70	319.618,74
Total	359.689,13	332.647,36

Outros gastos e perdas		
Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Impostos	25.473,56	24.912,46
Donativos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Correcções exercícios anteriores	4.862,75	6.189,86
Quotizações	0,00	0,00
Descontos p.p concedidos	0,00	0,00
Multas e penalidades	5.361,36	2.758,49
Outros gastos e perdas	309,35	0,00
Total	36.007,02	33.860,81

16.6 Amortizações e depreciações

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Propriedades de investimento		
Edifícios e outras construções	0,00	0,00
SubTotal	0,00	0,00
Activos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	32.117,41	32.755,76
Equipamento básico	593,43	765,13
Equipamento transporte	0,00	4.203,52
Equipamento administrativo	0,00	8,50
Outros activos fixos tangíveis	0,00	0,00
SubTotal	32.710,84	37.732,91
Activos intangíveis		
Projectos de desenvolvimento	0,00	0,00
Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,00	0,00
SubTotal	0,00	0,00
Total	32.710,84	37.732,91

17. Outros investimentos financeiros

Os valores registados nesta rúbrica (119,38) referem-se a Fundos de Compensação do Trabalho, obrigatórios na contratação de novos trabalhadores.

Cachão, 08 de Março de 2019.

O Contabilista Certificado :

(Victor Magalhães)

O Conselho de Administração :

(Presidente: Júlia Rodrigues)

(Vogal: Fernando Barros)

(Vogal: António Neves)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Opinião com Reservas

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Câmara Municipal de Mirandela**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2018 que evidencia um total de **79.019.306 euros** e um total de fundos próprios de **28.660.234 euros**, incluindo um resultado líquido de **2.363.322,39 euros**, a demonstração dos resultados por naturezas consolidada e o mapa de fluxos de caixa consolidado relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.
2. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Câmara Municipal de Mirandela** em **31 de Dezembro de 2018**, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com POCAL.

Bases para a opinião com Reservas

3. Não nos foi possível obter a evidência necessária para formarmos opinião sobre o saldo da conta 27.4.5 – Subsídios de Investimento, no valor de € 25.893.737,22, pelo facto de não existir um mapa que estabeleça a relação entre subsídios obtidos e os investimentos realizados que nos permita verificar a adequabilidade da especialização dos proveitos decorrentes dos subsídios, em concordância com as amortizações sistemáticas dos ativos adquiridos ou construídos com os referidos subsídios.
4. Em relação ao saldo da conta 2739 – Outros acréscimos de custos e 2749 – Outros proveitos diferidos não nos foi possível obter a evidência considerada necessária do saldo credor de € 462.284,06 (acréscimos de custos), por inexistência de documentos de suporte e de justificação da estimativa e do saldo devedor de proveitos diferidos de € 268.000,00 referente à alienação de um terreno na Zona Industrial de que não vai resultar qualquer proveito.
5. O Município detém investimentos financeiros em “partes de capital” contabilizados ao custo, no montante global de € 2.883.012,00 sobre os quais não obtivemos a evidência considerada necessária que nos habilite na formação da opinião sobre a razoabilidade do saldo apresentado no balanço, face à circunstância de ao longo de vários anos não ter sido feito qualquer ajustamento em função das variações patrimoniais ocorridas nas participadas nem o reconhecimento de qualquer provisão.
6. Aquando da entrada em vigor do POCAL o Município procedeu à inventariação dos bens classificados como “Imobilizado” e “Bens de Domínio Público”. No entanto, o facto de nunca ter sido feito inventário físico dos ativos classificados nessas rubricas, que permitisse concluir sobre a asserção existência, nem haver um

SEDE: Rua do Loreto nº 120 – 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 – E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego – Tel.: 254 656 211 – E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 5.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

cadastro dos bens que monitorize a sua evolução quanto às amortizações ou abates ocorridos, de modo a permitir verificar as asserções valorização e mensuração, não nos encontramos em condições para formar opinião sobre a razoabilidade dos saldos apresentados no balanço e que evidenciam os valores de € 43.251.447,39 (Imobilizado Corpóreo) e de € 28.107.527,20 (Bens de Domínio Público).

7. A Empresa não procedeu à constituição de uma provisão para fazer face aos Capitais Próprios negativos da sua participada “M.I.C. – Matadouro Industrial do Cachão, S.A., que evidencia um total de Capital Próprio negativo de € 2.166.602 a 31 de Dezembro de 2018, pelo que o Passivo se encontra subavaliado e o Capital Próprio sobreavaliado, no referido montante. De salientar que o M.I.C. é detido a 100% pela sociedade Agro Industrial do Nordeste, S.A., na qual o Município detém uma participação de 49,1%.
8. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
9. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

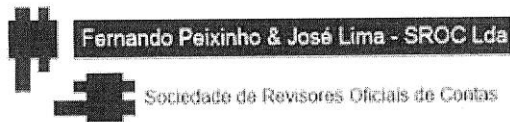
Ênfases

10. Apesar de o ponto 2.8.3 do POCAL estabelecer a obrigatoriedade de ser implementado o sistema de contabilidade analítica e o mesmo se encontrar formalmente implementado, não obtivemos evidência sobre a sua operacionalidade e fornecimento das informações relevantes para a gestão dos custos por destino e a valorização dos serviços e obras efetuadas pelo Município.
11. Os ativos produzidos e/ou construídos por Administração direta (executados com meios do Município) são valorizados em função dos consumos de existências não lhes sendo imputados os consumos de mão-de-obra, equipamentos e os outros gastos gerais que são suportados. Tal facto subvaloriza o valor desses ativos e dos resultados e influencia a classificação da Despesa (corrente vs capital). Todavia, face aos procedimentos utilizados verificámos que o valor global dos custos não imputados a obras por administração direta, de acordo com a amostra selecionada, não é, genericamente, capitalizável (custos do período). De acordo com a estimativa efetuada o valor em causa não é materialmente relevante, embora tal impossibilidade esteja relacionado com o descrito no parágrafo anterior.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

2

SEDE: Rua do Loreto nº 120 – 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 – E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego – Tel.: 254 656 211 – E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 5.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419



Outras Matérias

A Certificação Legal das Contas do exercício de 2018 do “Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.”, empresa pertencente ao grupo de consolidação, apresenta várias ênfases que, dada a sua relevância, entendemos divulgar:

12. Como se deduz da leitura do Balanço reportado a 31/12/2018, o valor dos Capitais Próprios da entidade ascendem a €-1.615.462,00. Este facto configura, como se sabe, uma situação de falência técnica, já que os prejuízos acumulados ao longo da atividade social mais que absorveram o valor do capital realizado e outras componentes positivas do Capital Próprio. Por conseguinte, do ponto de vista financeiro, a continuidade da empresa está completamente posta em causa. De todo o modo, é certo que, efetivamente, a empresa irá ser dissolvida a breve prazo.
13. Face aos últimos desenvolvimentos relacionados com a mobilidade em torno da linha do Tua, está praticamente assegurada a dissolução da entidade no decurso dos próximos meses. Como quer que seja, as Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto de que a MLM, S.A. continuará a laborar na base de continuidade, sendo certo que se fosse adotado o pressuposto da liquidação, as diferenças seriam irrelevantes, considerando que a maior parte dos Ativos Fixos não dispõe de valor líquido contabilístico.
14. Ao nível dos Passivos registados no Balanço da empresa, é um facto que esta não terá capacidade para pagar a parcela mais significativa destes e que se encontra concentrada num único credor, a qual ascende a cerca de € 1.726.000,00. Por conseguinte, numa perspetiva de liquidação, o valor da referida parcela será muito próximo de zero, pelo que se afigura como certo que os acionistas (todos ou um deles) terão de absorver o prejuízo da não realização da referida parcela.
15. Correm em tribunal vários processos contra a entidade, envolvendo, conjunta e solidariamente, outros réus (pessoas coletivas), cujo valor total ascende a cerca de € 297.000,00. Contudo, não foi quantitativamente refletida na contabilidade a potencial responsabilidade que daí possa resultar para a mesma, encontrando-se esta situação devidamente explanada no anexo. Está assumido que a empresa não será responsabilizada pelo que é peticionado nessas Ações judiciais, face a vários considerandos que as rodeiam.
16. Do mesmo modo, não foi refletida na contabilidade a responsabilidade financeira que para a entidade possa resultar dos processos indemnizatórios que eventualmente decorram do despedimento dos seus trabalhadores subsequentes à sua dissolução. Esta situação encontra-se igualmente explanada no anexo, sendo certo que está assumido que não será necessário incorrer nessa responsabilidade.

A Certificação Legal das Contas do exercício de 2018 da “AIN – Agro-Industrial do Nordeste, S.A.”, empresa pertencente ao grupo de consolidação, apresenta na secção “Outras Matérias” uma anotação que, dada a sua importância, entendemos divulgar:



17.No decurso de 2017, tendo em conta os constrangimentos financeiros do MIC, bem como as consequências operacionais que advêm deste facto, a atividade operacional do matadouro foi internalizada na AIN – Agro-Industrial do Nordeste, S.A.. Não obstante, esta internalização carece ainda de uma adequada formalização.

A Certificação Legal das Contas do exercício de 2018 do “MIC – Matadouro Industrial do Cachão, S.A.”, empresa pertencente ao grupo de consolidação(indiretamente, detida em 100% pela AIN), apresenta o seguinte parágrafo relacionado com a continuidade das operações:

18.Embora o resultado líquido do exercício seja positivo, e a empresa ter preparado as Demonstrações Financeiras no pressuposto da continuidade das operações, os prejuízos acumulados ao longo dos exercícios anteriores colocam em causa a capacidade da empresa para continuar a operar, caso os acionistas não tomem as devidas medidas no sentido de dotar a empresa de meios financeiros adequados.

A Certificação Legal das Contas do exercício de 2018 do “MIC – Matadouro Industrial do Cachão, S.A.”, empresa pertencente ao grupo de consolidação(indiretamente, detida em 100% pela AIN), apresenta a seguinte ênfase:

19.Tal como referido na nota nº 16 do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados a empresa não tem vindo a cumprir na plenitude as suas obrigações fiscais junto da Autoridade Tributária e do Instituto Nacional de Segurança Social.

A Certificação Legal das Contas do exercício de 2018 do “MIC – Matadouro Industrial do Cachão, S.A.”, empresa pertencente ao grupo de consolidação (indiretamente, detida em 100% pela AIN), apresenta o mesmo parágrafo que a AIN na secção “Outras Matérias”.

Responsabilidades do órgão de gestão da Entidade Consolidante

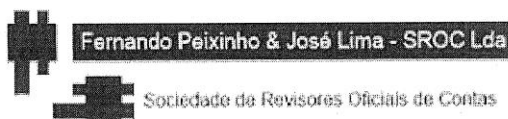
O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

20. O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

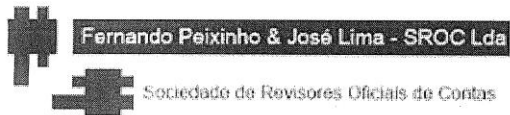
4

SEDE: Rua do Loreto nº 120 – 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 – E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego – Tel.: 254 656 211 – E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 5.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

21. A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.
22. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
 - obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

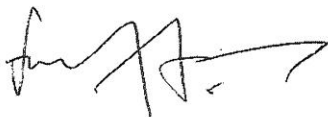
23. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão consolidado

24. Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Bragança, 21 de Junho de 2019



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, Lda

Mirandela, 17 de junho de 2019.

A Presidente da Câmara Municipal;



Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues

A Vice-Presidente da Câmara Municipal;



Vera Cristina Quintela Pires Preto

O Vereador em Regime de Tempo Inteiro;



Orlando Ferreira Pires

O Vereador em Regime de Tempo Inteiro;



José Miguel Romão Cunha

O Vereador em Regime de Não Permanência;



Rui Fernando Moreira Magalhães

O Vereador em Regime de Não Permanência;

Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo

O Vereador em Regime de Não Permanência;



Manuel Carlos Pereira Rodrigues